



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**"MORTOS DESCONHECIDOS": UMA PERSPECTIVA
ARQUEOLÓGICA SOBRE A COMUNIDADE DE MAZAGÃO
VELHO, AMAPÁ**

Aline dos Santos Coutinho

Macapá-AP
2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**"MORTOS DESCONHECIDOS": UMA PERSPECTIVA
ARQUEOLÓGICA SOBRE A COMUNIDADE DE MAZAGÃO
VELHO, AMAPÁ**

Trabalho apresentado por Aline dos Santos Coutinho ao colegiado do Curso de Licenciatura em História, para obtenção parcial do título de Licenciada em História pela Universidade Federal do Amapá.

Orientador: Me. Rafael Amaral Stabile.

Aline dos Santos Coutinho

Banca Examinadora:

Ms. Rafael Amaral Stabile

Orientador

Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do IEPA (NuParq/IEPA)

Prof^a. Dr.^a Ana Cristina Rocha Silva

Avaliadora

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Prof. Ms. Mariana de Araújo Gonçalves

Avaliadora

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

AGRADECIMENTOS

A estrada que me trouxe até aqui faz parte de um conjunto de experiências pessoais e apoios externos, de pessoas que foram essenciais para o presente momento. Primeiramente, gostaria de agradecer a minha base familiar: Iranildo Coutinho, Márcia Santos, Gabriel Coutinho e Renata Ferreira que sempre estiveram dispostos a me apoiar nas decisões da vida acadêmica e me deram os melhores incentivos (e mais sinceros) durante todo esse percurso. Agradeço à Olívia e Guilherme, por me alegrarem até nos meus dias mais difíceis.

Agradeço meu orientador, Rafael Stabile, por toda sua paciência ao ensinar e vontade ajudar, que lhe faz ser um profissional espetacular. Alguém que faz parte da minha família, devido a afinidade e sentimento que construímos ao longo desses 5 anos trabalhando juntos.

Sou grata por todo o apoio da equipe do NUParq/IEPA, especialmente o meu querido amigo Marcus Guedes, por ser o responsável por minha descoberta do mundo da Arqueologia.

Agradeço o apoio mútuo ao longo da graduação das minhas amigas que me acompanharam desde o início desse ciclo: Ana Jaqueline, Andreza Santos e Poliane Conrado, vocês amenizaram os dias difíceis! Agradeço a parceria dos meus queridos amigos que sempre posso contar: Adriene Camile, Alessandro Ferreira, Diana Silva, Gabriel Gomes e Rodrigo Albuquerque.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao meu namorado, Gabriel Miranda, por todo o amor e companheirismo desses últimos anos.

RESUMO

No início dos anos 2000 o governo do Estado do Amapá promoveu um projeto de escavação arqueológica no distrito de Mazagão Velho, que estudou a presença de vestígios de uma vila colonial pombalina construída na Amazônia no século XVIII. As atividades foram realizadas nas ruínas de uma igreja antiga, e identificaram a existência de um cemitério em seu interior. As ações arqueológicas provocaram questionamentos por parte da comunidade. Esta pesquisa se deteve sobre as relações e interações entre comunidade e patrimônio arqueológico em Mazagão Velho, a partir da visão de diferentes mazaganenses por nós entrevistados. Por meio de fontes orais, procuramos identificar quais são as relações e conflitos existentes entre os moradores, a comunidade científica e o poder público.

Palavras-chave: Arqueologia do Amapá; História Oral; Comunidade negra tradicional.

ABSTRACT

In the early 2000s, the government of the State of Amapá promoted an archaeological project in the district of Mazagão Velho, Amapá, Brazil. This project has studied the presence of remains of a Pombaline colonial village built in the Amazon in the 18th century. The activities were carried out at the ruins of an old church, and identified the existence of a cemetery inside it. The archaeological activities provoked questions from the community and this research focused on the relationships and interactions between the community and archaeological heritage in Mazagão Velho, based on the perspectives of different Mazagão people interviewed by us. Through oral sources, we sought to identify the relationships and conflicts that exist between residents, the scientific community and the government.

Keywords: Archeology of Amapá; Oral History; Traditional black community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mazagão Velho na década de 60.	20
Figura 2: Planta da Vila de Nova Mazagão.	24
Figura 3: Do lado esquerdo a casa de taipa, com o gradil do século XX; lado direito casa de taipa destruída em 2002.	30
Figura 4: Aspecto atual das ruínas em meio a mata.	31
Figura 5: Imagem do alicerce (a estrutura mais alta), a interrupção da estrutura ocorreu devido a abertura de uma cova para um sepultamento.	33
Figura 6: Realização das entrevistas semiestruturadas em Mazagão Velho. A esquerda, entrevista com Dona Joaquina Jacarandá; a direita entrevista com Sr. Jozué Videira.	40
Figura 7: Visita ao mausoléu dentro do Cemitério São Benedito, acompanhada pelo Sr. Adervan Lacerda. São Benedito é o principal cemitério da vila e está localizado a poucos metros do recinto das ruínas da antiga igreja.	41
Figura 8: entrevista com o professor Antônio Pinto. Foto: Diana Silva, 2024.	44
Figura 9: entrevista com Jozué Videira. Foto: Diana Silva, 2024.	44
Figura 10: entrevista com Dona Joaquina Jacarandá. Foto: Diana Silva, 2024.	45
Figura 11: entrevista com Seu Zé. Foto: Diana Silva, 2024.	45
Figura 12: entrevista com José Brito. Foto: Diana Silva, 2024.	46
Figura 13: entrevista com Edivaldo. Foto: Diana Silva, 2024.	46
Figura 14: Igreja Nossa Senhora de Assunção, Mazagão Velho, 2024.	49
Figura 15: Vista da parte interna do mausoléu, onde ficam acondicionados os remanescentes humanos, acima temos a visualização do forro e abaixo das manchas devido ao acúmulo de água no chão, 2024.	58
Figura 16: Vista de entrada do mausoléu, acima as telas e lona usadas evitar invasões de morcegos, 2024.	59
Figura 17: Vista das urnas com os ossos humanos dentro do mausoléu, 2024.	60
Figura 18: Urna colapsada dentro do mausoléu.	60
Figura 19: Vista da área das ruínas da Igreja Antiga, 2024.	77

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO.....	7
FUNDAMENTOS TEÓRICOS	9
1.1- A relação entre pessoas e a materialidade	9
1.2- A concepção arqueológica	10
1.3- Etnoarqueologia e Arqueologia do Presente.....	12
ÁREA DA PESQUISA.....	19
2.1- Vila de Nova Mazagão e Mazagão Velho: relações entre o passado e presente	19
2.2- Vila Pombalina na Amazônia Colonial	21
2.3- Os vestígios materiais	28
2.4- Mazagão Velho atualmente.....	35
MÉTODOS.....	38
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	43
4.1- Apresentação dos Entrevistados.....	44
4.2- A perspectiva dos mazaganenses sobre o contexto arqueológico	47
I - Sobre as Ruínas da Igreja Antiga:	47
II - Os Remanescentes Humanos de Origem Arqueológica.....	54
III - Sobre a Relação da Comunidade com a Comunidade Científica	65
IV - E o poder público?.....	71
4.3- Da tenacidade do passado: o potencial arqueológico em Mazagão Velho	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS.....	86
ANEXOS	90

APRESENTAÇÃO

Envolver contextos arqueológicos nesta monografia se originou a partir da minha relação acadêmica e pessoal com a área de estudo. A pesquisa em questão, me pareceu promissora por conseguir conectar os dois campos com os quais possuo afeição: a História e Arqueologia.

Meu contato com Arqueologia se deu por meio da experiência, primeiro como estagiária e, depois, como bolsista de iniciação científica, no Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do IEPA. Nem sempre as teorias, conceitos e discussões próprias da Arqueologia são familiares aos estudantes e pesquisadores da História. Por esse motivo, consideramos relevante incluir neste trabalho, mesmo que de forma breve, uma discussão sobre o desenvolvimento da disciplina arqueológica e discutir o seu amadurecimento, especialmente a partir de seu maior contato com a Antropologia e a História. Essa aproximação foi importante para a consolidação da Etnoarqueologia e da Arqueologia do Presente, duas abordagens importantes para o ponto de vista que escolhemos para observar a comunidade de Mazagão Velho e o patrimônio arqueológico da região.

O curso de História, com toda sua imensidão de áreas de pesquisa, ampliou meu interesse por estudar as sociedades e suas relações culturais. Por isso, meu interesse por Mazagão Velho, pois ali, passado e presente convivem de forma muito particular como pretendemos discutir a longo deste trabalho. Neste estudo, considere relevante examinar a complexidade no interior dessa comunidade local, em que se misturam os vestígios arqueológicos, religiões, política e pessoas com diferentes interesses.

INTRODUÇÃO

Mazagão Velho foi um dos primeiros núcleos da colonização portuguesa na região da foz do rio Amazonas. Seus habitantes atuais são prováveis descendentes de africanos e portugueses, que expressam em seu modo de vida – principalmente nos aspectos religiosos – certa combinação de elementos da religiosidade cristã e africana. Essa combinação, que se apresenta também na arquitetura da comunidade, não é a única característica que faz dessa comunidade especial. Assim como inúmeros casos conhecidos no Amapá, Mazagão Velho é também um sítio arqueológico, o que significa que ali os moradores convivem a gerações com vestígios de um passado mais distante. Na presente pesquisa, examinamos as variadas relações que os mazaganenses construíram com o patrimônio arqueológico conhecido ali.

Os aspectos culturais dessa comunidade já foram objetos de pesquisas antropológicas e históricas, que buscaram compreender, principalmente, as festividades e cerimônias religiosas, a produção artesanal e a economia de subsistências. No entanto, o cenário das formas de relação entre pessoas e o sítio arqueológico – aqui, principalmente representados pelas ruínas da antiga igreja e pelos remanescentes humanos de origem arqueológica sepultados no mausoléu do cemitério – ainda não foi explorado, o que pretendemos realizar a partir de uma perspectiva arqueológica e etnoarqueológica.

Consideramos como contexto arqueológico presente em Mazagão Velho, as ruínas de uma igreja construída durante a colonização portuguesa e os sepultamentos humanos identificados no seu interior após escavações realizadas no início dos anos 2000. O contexto histórico de Mazagão Velho possui uma particularidade, por ser conhecida como uma cidade que atravessou o oceano (Vidal, 2008). No período de mudanças econômicas da Coroa Portuguesa, conhecido como período pombalino (1750 – 1777), a região amazônica teve um aumento na presença de portugueses, com instalação de vilas coloniais que visavam atender os interesses de Portugal. Nesse momento, representantes do governo

português consideraram oportuno transferir para as margens do rio Mutuacá¹, as famílias portuguesas e negros escravizados, que deixavam Marrocos.

Ainda durante a fase levantamento de informações sobre a temática da pesquisa, identificamos que os mazaganenses se preocupam com a preservação dos corpos encontrados, sendo sujeitos ativos na proteção desses bens materiais da região. Percebemos que, além das preocupações de preservação desse contexto, havia indagações dos moradores mazaganenses sobre as ruínas da igreja e sobre os corpos que foram ali escavados. Partindo do pressuposto que a comunidade convive há décadas com os vestígios da vila pombalina, nos interessamos em estudar as relações que a comunidade de Mazagão Velho construiu com esses elementos, sobretudo como essas interações se expressaram após as descobertas realizadas pelas escavações arqueológicas.

Esse trabalho se insere, dessa forma, no âmbito das pesquisas sobre arqueologia, história e comunidades no Amapá (Cabral, 2014; Costa Leite, 2014; Ferreira, 2016; França, 2016; Jacques, 2014; Matos, 2017). Trata-se de um primeiro passo na direção de valorizar o conhecimento e experiências das pessoas de Mazagão Velho e de compreender a comunidade a partir de suas relações com a materialidade.

¹ Atualmente conhecido como Rio Mazagão, localizado na região sul do Estado do Amapá.

I

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1.1- A relação entre pessoas e a materialidade

Os objetos carregam memórias que são significativas para pessoas e inúmeros significados que foram a eles atribuídos. Eles estão presentes no cotidiano, tornam-se acessórios da vida, mudam de dono e muda também seu significado ao longo do tempo, mas continuam relevantes e determinando em grande medida o comportamento humano. Para o historiador Ulpiano Bezerra de Meneses (1983), tal perspectiva sobre a cultura material pode ser aplicada também para lugares e/ou paisagens que, como sabemos, sempre fazem parte do presente ou da história de qualquer sociedade humana. Existem diversas formas de relações possíveis e que foram tecidas pelos indivíduos para com a cultura material. Dentre os variados campos científicos que buscam examinar essas relações e o comportamento humano voltado aos objetos, destacamos a arqueologia como área especializada no estudo da cultura material e dos modos de vida que nela estão impressos.

A pesquisa arqueológica está baseada na leitura e interpretação de evidências materiais, do modo de vida e da história de sociedades humanas. É verdade que a disciplina sempre esteve muito associada apenas ao estudo da materialidade que persistiu ao tempo, ou seja, ao estudo de grupos muito antigos ou de um passado muito remoto. Entendemos que, na ausência de dados escritos sobre esses grupos, a importância desse campo se dá pelo fato da maioria das vezes existir somente vestígios materiais que permaneceram através do tempo, e podem auxiliar na realização de uma retrospectiva histórica referente a eles (Bezerra de Almeida, 2003). Entretanto, as possibilidades de pesquisa e de contribuição da arqueologia são mais diversificadas e envolvem, cada vez mais, a pesquisa sobre comunidades contemporâneas.

A interação do campo com a antropologia social e a história provocou debates sobre diversas camadas que se desenvolvem entre contextos arqueológicos e a sociedade. Dessa forma, compreendemos que a Arqueologia pode oferecer um ponto de vista

específico e ainda pouco estudado sobre a comunidade de Mazagão Velho. Por isso, pretendemos dar espaço as memórias, a história e ao conhecimento dessa comunidade acerca dos remanescentes arqueológicos que existem ali.

1.2- A concepção arqueológica

Desde a segunda metade do século XIX a arqueologia vem se aprimorando como uma disciplina científica (Trigger, 2011). Seus objetos de estudos estão ligados diretamente à cultura material de indivíduos ou de sociedades, ou seja, vestígios de atividades humanas que se perpetuaram no ambiente ao longo dos anos (Bezerra de Almeida, 2003). Para isso, os arqueólogos utilizam técnicas e métodos que permitem examinar as relações que esses indivíduos tinham com o meio ambiente, como eram suas organizações sociais, econômicas, culturais e políticas em determinado espaço. Assim, a análise dessas diferentes expressões da vida social permite a interpretação acerca dos seus modos de vida (Bezerra de Almeida, 2003).

Existem diversos tipos de vestígios que a arqueologia pode examinar, pois são variadas as ações que os humanos desenvolvem para se adaptar ao ambiente². Trigger (2011) aponta que a consolidação da arqueologia como disciplina científica ocorreu ao final do século XIX, momento em que houve um aumento nas pesquisas de campo em diversas partes do mundo, principalmente na Europa e Estados Unidos. A partir desse momento, foram desenvolvidas metodologias de pesquisas de campo e laboratoriais, além da concepção de diferentes pensamentos teóricos sobre o fazer arqueológico. Durante a primeira metade do século XX, a preocupação se baseou em descrever e classificar criteriosamente os materiais encontrados, buscavam estabelecer cronologias regionais a partir da definição de variações evolutivas nos vestígios encontrados (Trigger, 2011). Esse evento ficou conhecido pela característica descritivo classificatório dos trabalhos, e gerou novos propósitos para os dados arqueológicos. Mais tarde, esse período e esse modo de fazer arqueologia ficou conhecido como Histórico Culturalismo, se manifestando

² Em diferentes partes do mundo esses grupos tiveram que se adaptar ao ambiente, criando meios de subsistências para sua permanência temporária ou contínua. Por muito tempo a arqueologia se interessou em problemas voltados para a adaptação ao ambiente, sendo essa uma ampla discussão que se desenvolveu ao longo do tempo.

inicialmente na Europa, assumiram a definição do conceito de cultura de Franz Boas³ (Robrahn-González, 2000).

A maioria dos pesquisadores adotaram métodos de campo que permitiam dar mais relevância aos dados das coletas e classificações dos materiais, e passaram a justificar que as mudanças culturais ocorreriam por meio da difusão e migração de inovações tecnológicas ou de traços simbólicos (Baco e colaboradores, 2009; Silva, 2009a). No entanto, surgiram críticas em relação as limitações das discussões produzidas por essa arqueologia, com a justificativa de que ela “abrangia somente alguns aspectos das sociedades do passado” mais focada nos objetos do que nas pessoas que os produziram. Além disso, suas limitações teóricas, pois os estudos das sociedades estavam orientados por uma visão cronológica e evolutiva das mudanças (Patterson & Orser Jr., 2004).

Como consequência, se desenvolveu, inicialmente na América do Norte, uma nova prática, que posteriormente ficou conhecida como Arqueologia Processual. Na década de 1960 a Arqueologia Processual ou Nova Arqueologia buscou dar ênfase as questões específicas, desenvolveram novas metodologias e deram mais relevância para os dados etnográficos. Assim, os arqueólogos passaram a entender que a partir dos estudos dos vestígios materiais seria possível compreender os diversos aspectos sociais utilizando como base a Antropologia Social (Baco e colaboradores, 2009). Como dito, foi durante o desenvolvimento do Processualismo que pesquisas com comunidades contemporâneas passaram a ser mais frequentes na Arqueologia, mas isso provocou uma onda de discussões sobre o uso da analogia dentro das interpretações arqueológicas, surgindo novas perspectivas sobre o uso desses dados (Silva, 2009a). Passaram a relacionar as características culturais como uma reação ao meio ambiente, e formular hipóteses a serem testadas para identificar e caracterizar padrões de comportamentos (Robrahn-González, 2000).

Esse momento se tornou importante para o campo da arqueologia, pois ela deixava de elaborar informações meramente descritivas para produzir dados explicativos sobre as sociedades do passado (Politis, 2002). Mesmo assim, alguns pesquisadores entendiam que essa prática era insuficiente para responder a nova demanda que se preocupava com as

³ Entendiam que cada cultura possui uma soma de traços que caracterizam um povo, e entre esses elementos encontramos a cultura material. Boas considerava que os estudos sobre sociedades humanas deveriam abranger diversos campos das ciências sociais, para possibilitar a compreensão das dinâmicas culturais, assumindo a existência de particularidades culturais.

diversas camadas de relações que são desenvolvidas entre indivíduos e o produto material, que podiam permitir identificar, no dado arqueológico, não somente aspectos voltados para a cultura, mas também sociais, econômicos, políticos, entre outros. Pois, a maioria dos estudos focavam em aspectos funcionais ou ecológicos e essa nova metodologia havia provocado novas agendas para a disciplina, gerando assim novas propostas (Robrahn-González, 2000).

A nova agenda e conjunto de conceitos propostos por muitos arqueólogos a partir da década de 1980 ficou conhecida como Pós-Processualismo. Nesse momento, muitos arqueólogos entendiam que a pesquisa de campo e a coleta de dados produziam informações subjetivas (Robrahn-González, 2000). Diante disso, as interpretações realizadas podiam ter diferentes perspectivas a partir da linha teórica escolhida pelo pesquisador (Trigger, 2011). A grande particularidade dessa escola é que os pesquisadores passaram a realizar análises que permitissem identificar aspectos simbólicos e cognitivos dos indivíduos, buscando formas de entender os elementos ideológicos, para além dos econômicos e tecnológicos (Robrahn-González, 2000).

Assim, percebemos que o campo da arqueologia vem buscando desenvolver diversas formas de interpretações para entender e explicar o passado humano (Trigger, 2011). As três correntes teóricas citadas surgiram em diferentes períodos e coexistem até o presente, foram preenchendo as lacunas deixadas pela perspectiva anterior, criando subcampos específicos que investigam e analisam a materialidade deixada pelos sujeitos do passado (Robrahn-González, 2000; Muniz, 2022).

1.3- Etnoarqueologia e Arqueologia do Presente

O registro arqueológico é formado a partir de uma sequência de ações humanas que refletem no mundo material, e essas condutas são determinadas e idealizadas conforme os aspectos culturais de cada sociedade. Na segunda metade do século XX, a arqueologia estava muito focada em estudar os artefatos e o processo de formação dos sítios arqueológicos, ou seja, às formas de produção dos objetos e as formas com que eles se dispersam e se preservam no ambiente (Polits, 2002; Trigger, 2011). Assim, perceberam a necessidade de trabalhar com modelos teóricos para compreender retrospectivamente a história dos objetos, como foram produzidos, utilizados e depois abandonados. Daí a

importância em olhar para as sociedades contemporâneas e a maneira como elas também produzem, circulam e depois descartam seus objetos. Por isso, alguns pesquisadores dessa época, como Lewis Binford (1962), passaram a realizar pesquisas etnográficas voltadas para a solução de problemas arqueológicos.

O desenvolvimento do subcampo etnoarqueológico provocou a distinção de diferentes abordagens com os dados etnográficos⁴. Para os arqueólogos Fabíola Silva (2009) e Gustavo Politis (2002), a etnoarqueologia pode abordar, simultaneamente, as múltiplas camadas de relações entre pessoas e a cultura material, como os processos funcionais da cultura material, suas particularidades simbólicas e a perpetuação no ambiente. Entendem que essa separação não é coerente, considerando que ambos visam produzir uma base de dados que contribua para a interpretação de contextos arqueológicos, e que os fatores que determinam o comportamento com um objeto integram os elementos econômicos, simbólicos, tecnológicos e sociais conjuntamente. Diante disso, compreendemos que, assim como Silva (2009) e Politis (2002), a etnoarqueologia é uma abordagem ampla que reflete as variadas relações das comunidades do presente e suas práticas materiais.

Segundo Fabíola Silva (2009), as interpretações arqueológicas utilizavam dados e informações etnográficas desde antes da própria Arqueologia se consolidar como disciplina científica. A princípio, os dados etnográficos eram usados para contribuir em interpretações de contextos arqueológicos. No entanto, foi somente após a década de 60 que as preocupações com o modo com que se relacionavam essas informações surgiu, e assim, os estudos começaram a ser realizados de forma sistemática (Polits, 2002; Silva, 2009a). Esses debates giraram em torno das formas que são usados os dados etnográficos, ao relacionar os comportamentos de sociedades do presente e grupos do passado, e contribuíram para que a etnoarqueologia, uma perspectiva arqueológica já existente, ganhasse visibilidade e se consolidasse como subcampo da disciplina (Silva, 2009a). Por meio dessas discussões, os pesquisadores buscam aprimorar os métodos para realizar essas comparações, discutindo também como praticar essa abordagem eticamente correta (Silva, 2009a).

⁴ Uma visa a realização de generalizações na relação com a materialidade e a outra se direciona para a simbologia.

O termo Etnoarqueologia tem origem nos Estados Unidos e surgiu no final do século XIX. O intuito dessa prática foi, inicialmente, estudar comunidades nativas para relacionar suas culturas com sociedades do passado (Silva, 2009a). No entanto, na década de 1960 os pesquisadores depararam-se com uma lacuna nos estudos etnográficos, pois os problemas dessas pesquisas não estavam voltados para as questões dos objetos materiais, como métodos de fabricação, uso e reuso, formas de descarte etc. (González-Ruibal, 2008). Desse modo, no período processual a etnoarqueologia buscava compreender a funcionalidade dos artefatos e como eles eram produzidos, ou seja, os materiais utilizados para sua fabricação e seu papel dentro das comunidades. As interpretações do passado seguiam de uma comparação de sociedades nativas do presente e suas interações com os objetos, mas essa metodologia provocou diversas discussões sobre como realizar essas analogias (Silva, 2009a).

Binford foi um dos mais influentes da arqueologia processual. Em sua obra *Archeology as Anthropology*, (Binford, 1962), o pesquisador chamou a atenção dos arqueólogos para produzirem sua própria etnografia focada em problemas sobre o mundo material, pois como apontamos, as etnografias dos antropólogos se preocupavam com outros aspectos, como a descrição de organizações sociais (Silva, 2009a; Trigger, 2011). As abordagens metodológicas de Binford seguiam a perspectiva da ecologia cultural, ou seja, por meio do registro arqueológico buscava compreender as interações dessas sociedades antigas com o meio ambiente (Trigger, 2011). Com base nesse pensamento (homem *versus* natureza), o pesquisador procurou explicar que as formas de subsistências podem ser iguais, a partir do pensamento de que as culturas são moldadas pela adaptação ao ambiente (Lyons, D. e Casey, J., 2016).

Na década de 1970, mesmo com críticas sobre como estavam sendo realizadas a pesquisas etnoarqueológicas, o campo continuou sendo de interesse dos pesquisadores e houve o desenvolvimento de diversos trabalhos de arqueólogos com foco na etnografia (Silva, 2009a). Fabíola Silva (2009a) menciona que essas pesquisas foram realizadas em diferentes países e em regiões onde havia a presença de grupos nativos, como os aborígenes na Austrália, os Kung na África e os Ninamiut no Alasca. O arqueólogo Gustavo Politis (2002), expõe que na América do Sul os estudos etnoarqueológicos começaram de forma sistemática nesse mesmo período, e eram produzidos inicialmente

somente por estrangeiros⁵, o pesquisador relata que a região chamou atenção de alguns pesquisadores pela presença de vários povos indígenas. De modo geral, esses trabalhos buscavam evidenciar os comportamentos humanos com a cultura material, com interesses como a produção de cerâmicas, coletas de raízes e a fabricação de materiais para a caça etc. (Politis, 2002; Silva, 2009a). Além disso, foram também desenvolvidos diversos estudos que discutiam o conceito e a metodologia do campo etnoarqueológico, e isso provocou mudanças nas agendas da subdisciplina (Silva, 2009a).

Nesse período, os questionamentos que emergiam eram acerca da preocupação com a finalidade dos dados para as interpretações arqueológicas (Silva, 2009a). As indagações eram sobre os interesses dos pesquisadores se restringirem aos aspectos econômicos e materiais, e isso provocou uma reação gradativa, conduzindo as pesquisas para a compreensão das diversas camadas existentes entre os comportamentos humanos e sua materialidade, como análise de cerimônias, parâmetros organizacionais e relações com os espaços simbólicos (Politis, 2002). Sendo um arqueólogo cujas pesquisas estavam voltadas aos aspectos simbólicos e históricos das sociedades, Ian Hodder foi um dos principais questionadores da prática etnoarqueológica processual.

Segundo Lyons e Casey (2016), por volta dos anos 80 o arqueólogo surgiu com uma nova perspectiva sobre a cultura, entendendo que os indivíduos estavam conscientes das suas ações no meio cultural, em relação ao que imaginavam os arqueólogos. Isto quer dizer que eles sabiam sobre suas potencialidades em promover alterações no ambiente, e sua cultura material era elaborada com propósitos que tinham significados particulares (Lyons, D. e Casey, J., 2016). Além disso, Hodder começou a visualizar a variação dos indivíduos dentro desses grupos sociais, como gênero e idade. Explorando problemas que examinavam o modo que as outras relações, como vida ritual, hierarquia, estratégias de poder, refletem e/ou interferem cotidianamente na materialidade (Lyons, D. e Casey, J., 2016; Silva, 2009a).

Desse modo, os pós-processualistas entendiam que além de toda relação operacional do objeto, existiam outros tipos de vínculos que podiam ser construídos em torno deste, isso provocou discussões em torno de como essas relações podiam promover

⁵ O arqueólogo menciona que nos 1980 teve o desenvolvimento de pesquisas etnoarqueológicas de longo prazo e o interesse por diversos temas da etnoarqueologia, realizadas também por arqueólogos sul-americanos.

transformações na cultura material (Silva, 2009a). Apesar dessa perspectiva, Alfredo Gonzalés-Ruibal (2008) aponta que as experiências históricas dessas comunidades são deixadas de lado pelos pesquisadores na maioria das vezes. Inclusive, menciona que desde os anos 80 vem decaindo o uso dos dados gerados por etnoarqueólogos para estudar contextos arqueológicos, pois o refinamento de métodos de análises laboratoriais permite identificar as características dos objetos (Gonzalés-Ruibal, 2008).

Diane Lyons e Joanna Casey (2016), mencionam que tanto a utilização da analogia, que pretende explicar o passado com dados do presente, quanto a subordinação da disciplina pelos dados etnográficos sofreram críticas e revisões após os anos 90. As autoras contradizem esses questionamentos afirmando primeiro que as analogias etnográficas pretendem identificar os aspectos semelhantes e distintos, por meio de contextos materiais contemporâneos e do passado “ao longo de um continuum temporal” (tradução nossa – Lyons e Casey, 2016, p. 612). Além disso, revelam que estudos recentes encaram a etnoarqueologia como um campo que permite conhecer as diferentes formas de relações com a cultura material das sociedades, possibilitando reformulações nas reflexões sobre contextos arqueológicos. Quanto a concepção de que ela é uma subdisciplina subordinada, elas alegam que a maior atenção à etnografia ocorre porque as observações das ações de cada indivíduo podem reformular as agendas dos arqueólogos, por fornecerem novos panoramas sobre os comportamentos sociais.

As autoras entendem que atualmente a etnoarqueologia é um campo essencial para compreender as diversidades culturais existentes nas sociedades contemporâneas, e acreditam que as informações etnográficas das relações entre pessoas e o mundo material só podem ser contempladas por meio de pesquisas de longo prazo e que busquem o passado histórico dos grupos estudados (Lyons e Casey, 2016). Entretanto, podemos perceber que não tem sido fácil para a etnoarqueologia se consolidar e ser reconhecida como uma ferramenta que contribui para interpretações das sociedades do passado. Embora não exista um consenso entre os arqueólogos sobre as formas de lidar com as analogias etnográficas, esses debates vêm possibilitando ampliar a produção desses dados com preocupações da disciplina arqueológica.

Para superar os questionamentos acerca do caráter ético das pesquisas, o pesquisador Alfredo Gonzalés-Ruibal (2008) propõe uma nova agenda que tem ganhado destaque na América do Sul, definida por ele como Arqueologia do Presente. Essa

tendência é voltada para a realização de estudos que não tem como principal finalidade propósitos analógicos e sugere ampliar os trabalhos etnoarqueológicos, para todos os modelos de sociedades contemporâneas (Gonzalés-Ruibal, 2008). Além disso, o campo não foca somente nas transformações do objeto, mas busca analisar quais foram as variadas relações que os artefatos tiveram com as pessoas ao longo da sua existência (Gonzalés-Ruibal, 2008). O pesquisador destaca que as identidades e ideologias podem ser manifestadas pelos objetos, mesmo que de forma inconsciente, e que as pessoas podem ser moldadas também pela cultura material, por isso a importância de se compreender essas relações (Gonzalés-Ruibal, 2008).

Outro fator relevante da Arqueologia do Presente é o seu caráter crítico, ao assumir uma posição sobre as formas que os interesses políticos e econômicos do mundo moderno limitam territórios, principalmente de comunidades tradicionais (Gonzalés-Ruibal, 2008). O autor aponta que atualmente os elementos da cultura material são um dos primeiros a serem modificados, e as formas artesanais de se produzir objetos vão desaparecendo conforme o avanço das produções industriais. Por esse motivo ele chama atenção para um olhar especial na intensificação de produções de pesquisas arqueológicas que focam nessas relações do presente com a cultura material (Gonzalés-Ruibal, 2008).

Gustavo Politis (2002) menciona a existência de uma outra tendência de estudos que vem sendo realizados na América do Sul, nesse caso, especialmente no Brasil. Essas pesquisas se caracterizam pela abordagem ampla e o diálogo com a etnografia e a história de povos indígenas da região. A variedade de grupos nativos presentes permite a realização de trabalhos que identificam continuidades culturais desde antes da invasão europeia, o autor considera que essas análises possuem um grande potencial para o desenvolvimento de interpretações arqueológicas (Politis, 2002).

Contudo, a partir da discussão levantada sobre os subcampos da arqueologia que trabalham com os dados etnográficos, ressaltamos que na presente pesquisa pretendemos abordar essas perspectivas de forma ampla. Assim, vamos examinar uma comunidade majoritariamente negra, descendente de negros que foram escravizados na região por portugueses durante o período colonial, que habitam o espaço de uma antiga vila pombalina. Esse contexto foi objeto de uma pesquisa arqueológica que identificou uma igreja e um cemitério associado (Albuquerque e Lucena, 2006), a partir de um incentivo do Governo Estadual de desenvolvimento de um projeto que buscava prosperar o turismo

na região. Desse modo, partimos de alguns princípios sobre esse lugar, a principal é que esse convívio provocou diferentes relações entre as pessoas que moram neste lugar, possivelmente perspectivas não ocidentais.

A particularidade dessa pesquisa é o fato de que, diferente de outros estudos etnoarqueológicos citados, temos a oportunidade de conhecer as perspectivas e relação de uma comunidade do presente com materiais do passado. Além disso, a intervenção no contexto arqueológico apesar de ter sido por pesquisadores arqueólogos, teve a influência e propósitos políticos. Essas ações podem ter gerado novas interpretações e vínculos das pessoas sobre esses materiais, tanto nos aspectos socioculturais, quanto demandas políticas sobre a preservação desse espaço. Sendo assim, utilizaremos as metodologias etnoarqueológicas para examinar quais são essas relações e os impactos que o contexto arqueológico pode provocar nos aspectos sociais, culturais e econômicas dos indivíduos que serão entrevistados.

II

ÁREA DA PESQUISA

2.1- Vila de Nova Mazagão e Mazagão Velho: relações entre o passado e presente

Mazagão Velho é um distrito do município de Mazagão desde novembro de 1890, localizado na Costa Setentrional do Amapá. Após o Tratado de Utrecht (1713) a região do estado tornou-se parte do governo português⁶, quando os países europeus dividiram as porções norte da América do Sul. Durante o período colonial a localização estratégica do estuário amazônico provocou muitos conflitos entre os países por conta de sua característica fronteiriça, de modo que, a Coroa Portuguesa estabeleceu, em meados do século XVIII, a fundação de três vilas na área com o intuito de evitar a perda de seu domínio. Dentre essas, formou-se a vila de “Nova Mazagão”, que, diferente das outras duas, possuía uma particularidade: seu povoamento inicial se deu pela transferência dos colonos de uma cidade portuguesa em África (Araújo, 2003).

Mazagão era uma cidade no continente africano, no atual Marrocos, que fez parte do domínio lusitano entre os séculos XV e XVIII. Era uma fortificação militar que tinha como objetivo garantir a dominação portuguesa e proteger esse território de outros povos que pretendiam conquistar a região. Nela havia diversas famílias que mantiveram, a cada geração, as carreiras militares e ao longo dos anos se consolidaram ali, à despeito das diversas investidas, desde o século XVI, de povos árabe que governavam boa parte do Magrebe. Após longo cerco em 1769, a fortificação lusa foi evacuada, todas as famílias portuguesas e os negros escravizados que viviam em Mazagão foram transferidos para o outro lado do Atlântico, na Nova Mazagão, dentro de um ambiente desconhecido por eles até o momento, a floresta amazônica (Vidal, 2008).

Assim como em muitas regiões da Amazônia, as instalações de portugueses, a presença de diferentes povos africanos e seu contato com indígenas gerou uma herança cultural diversificada, que agrega elementos das três matrizes culturais. Atualmente,

⁶ Desde a ocupação europeia, com a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1621, até a formação dos Territórios Federais nos anos 1943, o estado do Amapá fez parte do Pará.

percebemos essas características, durante a vida cotidiana da comunidade local, que as festividades carregam a responsabilidade de contar o passado dos antecedentes das famílias mazaganenses (Silva et al, 2015). Como a Festa de São Tiago, que ocorre todos os anos no mês de julho, aonde é realizada a encenação de uma das batalhas ocorridas em Mazagão da África entre os ditos mouros⁷ e cristãos⁸. Abaixo, descrevemos de que forma escavações arqueológicas realizadas no distrito – atualmente “Mazagão Velho” – ampliaram essas relações, pois evidenciaram as ruínas da antiga vila de Mazagão e trouxeram à tona novos vínculos daquela comunidade com a sua ancestralidade (Albuquerque e Lucena, 2020).

Figura 1: Mazagão Velho na década de 60.



Fonte: Wiki Commons; Governo do Estado do Amapá

As diferentes camadas que formam a história de Mazagão Velho nos levam a refletir sobre as particularidades da região, especialmente sobre os laços que a comunidade atual mantém com seu passado. Logo, percebemos haver um grande potencial nessa relação passado-presente e de que maneira os vestígios arqueológicos estão inseridos no

⁷ Denominavam mouros os povos árabes que lutaram pela recuperação da região dominada pelos portugueses.

⁸ Militares representantes da Coroa Portuguesa que moravam em Mazagão do continente africano.

cotidiano dos indivíduos que estão ali presentes. No entanto, as pesquisas bibliográficas sobre estudos que abordam a transferência e o processo de ocupação das famílias na vila pombalina se mostraram escassos. Devido a isso, nos apoiaremos nos trabalhos de Laurent Vidal, Eliane Ferreira e Renata Araújo, que se dedicam a esse tema, eles relatam questões da logística dos deslocamentos e construções, os desafios enfrentados pelos moradores e as ações da Coroa na região.

2.2- Vila Pombalina na Amazônia Colonial

Para entender as particularidades socioculturais dessa região, é necessário revisitar as ações da Coroa Portuguesa quando o Brasil ainda era colônia (1500-1822). Ao examinar as formas pelas quais se realizou a instalação de colonos portugueses, negros escravizados e os contatos com os povos nativos na região, percebemos como suas relações foram se modificando ao longo dos anos. No entanto, sabemos que o objetivo real dos lusitanos era o domínio das terras e a exploração dos recursos naturais para o aumento do poder econômico (Araújo, 2003).

Após pouco mais de 200 anos de ocupação e exploração da colônia brasileira, Portugal encontrava-se em uma situação desafiadora devido às constantes ameaças de invasões territoriais de outros países europeus nas regiões fronteiriças da América portuguesa. Além desses conflitos por domínios na América, o país buscava se enquadrar nas transformações que aconteciam na Europa do século XVIII, a partir da emergência dos ideais iluministas.

Esse movimento surgiu por meio de camadas da burguesia ascendente e pensadores que questionavam o Antigo Regime, sobretudo criticavam as práticas sociais como o absolutismo – no campo político –, o mercantilismo – no campo econômico – e o controle ideológico promovido pela Igreja Católica. Assim, com o objetivo de reestruturar a sociedade que conferia privilégios somente para a realeza, nobreza e clero, os iluministas buscavam mudanças sociais, políticas e econômicas (Hobsbawn – A Era das Revoluções – consultar edição).

A nova ordem pela qual se manifestava a burguesia europeia defendia o liberalismo enquanto doutrina econômica, onde o Estado deveria deixar de intervir na economia. Além disso, incentivavam as liberdades individuais, como o direito à propriedade e a liberdade de expressão, também defendiam fortemente a ciência, a partir de uma visão de mundo

mais racional. No entanto, na segunda metade do século XVIII, as monarquias que ainda eram absolutas começaram a passar por diversas crises por conta das transformações causadas pelos ideais iluministas. Assim, para prevenir o fim do poder monárquico em seus países, decidiram adotar alguns princípios desse movimento sem abandonar os fatores absolutistas (Silva, 2020).

Essas mudanças político-ideológicas foram introduzidas primordialmente na Inglaterra e na França, onde a burguesia desses países possuía uma formação politicamente ativa. Seguidamente, o iluminismo irá se difundir vagarosamente nos países que possuíam uma monarquia mais tradicional e uma burguesia ainda não estruturada no âmbito político. A adoção de posturas iluministas no seio de monarquias absolutas ficou conhecida como “Despotismo Esclarecido”, forma de governo que mesclava aspectos do Antigo Regime e do liberalismo (Silva, 2020). O rei de Portugal, D. José I, sentiu-se pressionado pelas mudanças políticas externas e decidiu aderir essas medidas em seu governo. Para isso, indicou Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido posteriormente como Marquês de Pombal, para ser o ministro da Coroa Portuguesa (1750 – 1777), sendo ele o responsável por diversas mudanças que ocorreram na colônia brasileira (Silva, 2020).

Essa nova governança tinha como objetivo central o restabelecimento econômico de Portugal. As reformas pombalinas, como ficaram conhecidas, sucederam novas Companhias de Comércio no norte e nordeste do Brasil, expulsou os jesuítas, proibiu a escravização de indígenas, nomeou o Rio de Janeiro como nova capital da colônia e elevou a mesma como vice-reino português (Carrara, 2016). Na Amazônia, o impacto dessa reorganização foi transformador, a partir do momento em que houve uma intensificação colonial e a urbanização de muitas regiões. Além disso, o interesse no aproveitamento dos recursos naturais para fins comerciais também foi essencial para aumentar relevância da região no cenário econômico colonial, pois, com a ajuda dos povos originários que se encontravam nos aldeamentos, a exploração se tornaria muito mais eficiente (Araújo, 2003).

O realinhamento político, econômico e social resultante do despotismo português no século XVIII trouxe mudanças significativas também para os povos indígenas, como o surgimento de novas políticas em relação as formas de trabalho e sua inclusão social, a partir do decreto do Diretório dos Índios de 1755. Nele, a escravidão seria totalmente proibida e o indígena passaria a ser incluído nas “virtudes civilizatórias”. Somando isso,

com a criação da Companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão, nos deparamos com um momento que provoca o aumento na demanda da mão de obra negra escravizada nas terras do Pará (Costa, 2018). Pesquisas que abordam as mudanças na configuração política a partir de 1750, discutem que a economia na Amazônia se baseou na agricultura de *plantations* e esta era fundamentada na mão de obra negra escravizada⁹, conseqüentemente isso gerou um aumento da presença de pessoas negras na região (Costa, 2010; Dias, 1966). Em Nova Mazagão, a partir da vinda de casais e famílias portuguesas que chegaram para residir e produzir, cresceu o trabalho escravo de negros na agricultura, além disso, também foram sujeitos nas atividades que fossem mais braçais (Vidal, 2008).

Sabe-se que as transformações advindas da política do Marquês de Pombal na colônia brasileira não tiveram tanto sucesso na sua implementação, pois, ao se deparar com a realidade regional os seus interesses sofreram alterações para que pudessem ser concretizados (Dias, 1966). Além disso, por questões políticas, o seu governo chegou a ser interrompido após a morte de D. José I em 1777 (Silva, 2020). No entanto, apesar de um certo fracasso, suas ações reformatórias deixaram impactos em toda a Colônia, principalmente na Amazônia.

O irmão do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi Secretário de Estado da Marinha e Ultramar (1760-1769), e no ano de 1769 ele ordenou a transferência de mais de 300 famílias¹⁰ mazaganistas para as margens do Rio Mutuacá, atual Rio Mazagão (Araújo, 2003). Oriundos da região onde atualmente é o Marrocos, os habitantes de Mazagão sofriam com as fortes tensões entre os mouros que viviam ao redor, na parte externa da cidadela. Com a intenção de retomar toda a região para o povo árabe, foram realizados diversos ataques ao longo de anos, até o momento em que os mazaganenses não tinham mais opções para manter-se no combate e a metrópole portuguesa foi obrigada a pensar em outras estratégias (Vidal, 2008). Nesse momento, Portugal tinha como plano político a intensificação do povoamento nas fronteiras da colônia brasileira. Foi então que os representantes do novo governo viram como estratégia

⁹ O presente capítulo pretende apenas descrever o processo de colonização nas margens do Rio Mutuacá, no entanto, gostaria de destacar aqui que o retrato de indígenas e negros escravizados na Amazônia como sujeitos inertes no período colonial tem sido revisado pelos historiadores, reconhecendo suas ações e articulações.

¹⁰ Os estudos sobre a região, dos historiadores Laurent Vidal, Eliana Ferreira e da arquiteta Renata Malcher, diferem entre autores sobre a quantidade das famílias que foram transferidas, no entanto, todas mantêm um número acima de 300.

a fuga dessas famílias para uma região geograficamente estratégica na Amazônia, onde seria construída uma vila (Figura 2) e à época, denominada Nova Mazagão (Araújo, 2003).

Figura 2: Planta da Vila de Nova Mazagão.



Fonte: Costa, 2018.

A primeira evasão marítima dessas famílias se deu para Portugal, mais precisamente para Lisboa, em março de 1769. Aguardavam enquanto o governo português verificava se o local escolhido da nova vila era adequado para a estrutura que se pretendia erguer, tendo como objetivo sua construção imediata¹¹. As informações sobre o segundo traslado seriam após quinze dias rumo a Belém do Grão-Pará, mas somente seis meses depois (novembro de 1769) que houve a mobilização de menos de duas mil pessoas para a região (Vidal, 2008). Os motivos que levaram ao atraso se deram por conta de questões logísticas para a escolha de mão de obra, preparação do terreno, a capitalização dos recursos naturais e organização dos materiais para construção (Ferreira, 1998). Ao longo

¹¹ O governo português procurava um terreno que tivesse terras propícias para a agricultura (Vidal, 2008).

dos meses subsequentes, ficavam prontas gradualmente as primeiras casas para receber os novos moradores (Vidal, 2008).

A principal mão de obra para a construção dessa vila era de indígenas que estavam sujeitos ao trabalho compulsório. Eles eram das *vilas emergentes do Diretório*¹² que existiam nas proximidades do Rio Mutuacá, uma delas era a de Sant'Anna, a qual sempre é mencionada pelos pesquisadores que buscam examinar a ocupação colonial na região¹³. Curiosamente alguns autores afirmam que Nova Mazagão foi construída sobre esta aldeia, porém, outros apontam que ela foi erguida nas proximidades dela. De todo modo, essa informação, ainda que dúbia, pode ser relevante para a reconstrução da história da vila, Vidal (2008), por exemplo, chega a citar a existência de estruturas habitacionais e uma Igreja no aldeamento em questão.

Além disso, os construtores indígenas foram os primeiros habitantes desta área e tiveram um grande impacto na sua estrutura. Laurent Vidal (2008), ao abordar em sua obra todo o processo de traslado de uma cidade de África para o Brasil, detalha os obstáculos sofridos durante a construção da vila. Retrata como os colonos lidaram com a escassez de materiais, necessários ao projeto pombalino para vila, que pretendia elevar a região a um contexto urbanístico mais “avançado¹⁴”, e por isso utilizaram-se de uma elaboração mais artesanal pelas mãos e conhecimentos de indígenas. Um exemplo dessa falta são os tetos produzidos para as casas da vila, em um momento em que ainda não havia a possibilidade de fabricação de telhas de barro, devido à falta de um forno, optando-se pela utilização da técnica indígena de trançar folhas de palmeiras como cobertas (Vidal, 2008).

Até dezembro de 1772, pouco mais de dois anos após o início das construções, havia 117 casas na região, mas apenas 66 estavam completas (Ferreira, 1998). Estudos sobre a região apontam que a demora pela conclusão da vila se deu tanto pela escassez de material para as edificações, quanto pela dificuldade na mão-de-obra¹⁵. Vidal (2008) alega

¹² Os antigos aldeamentos organizados pelos jesuítas passaram a ter nova direção a partir do Diretório de 1757. Assim, como havia uma organização dos indígenas nessas regiões, os portugueses aproveitaram para utilizar a força de trabalho dos emergentes dessas localidades.

¹³ Araújo, 2003; Costa, 2018; Ferreira, 1998; Vidal, 2008.

¹⁴ Vidal (2008) menciona em sua obra que a Coroa Portuguesa apostou e investiu fortemente nessa nova vila de Mazagão, pois sua intenção era demonstrar o domínio que tinham sobre a sua colônia e assim conseguiam levar o modelo urbano europeu mesmo dentro das densas matas amazônicas.

¹⁵ Após a inclusão do trabalho compulsório indígena, os empréstimos de sua mão-de-obra à outras localidades geraram diversos conflitos devido ao aumento da fuga deles. Assim, utilizaram em Nova Mazagão o trabalho de negros escravizados como uma forma de preencher essa lacuna, mas os proprietários dessa mão-de-obra não estavam satisfeitos em ceder.

que no período citado, as primeiras moradias que ficaram prontas estavam sendo assoladas devido as reações ambientais da região, mesmo em pouco tempo de uso, pois as talhas não resistiam por tanto tempo as fortes chuvas que caíam.

A historiadora Eliana Ferreira procurou analisar diversos documentos que evidenciassem o processo de colonização pelos portugueses e da presença africana em Mazagão. Quanto a urbanização da vila, a pesquisadora identificou que ela possuía três ruas e quatro travessas, na rua principal (denominada de Augusta) havia uma igreja que foi concluída em agosto de 1773. Ela menciona que a maioria dos ornamentos decorativos da capela eram de prata, vindouros da Mazagão Marroquina (Ferreira, 1998). Relata que as famílias foram transferidas aos poucos entre os anos 1770 e 1776, e no total foram 313¹⁶ grupos familiares que fizeram o trajeto de Belém para Mazagão (Ferreira, 1998). Além das estruturas mencionadas, a vila possuía outras edificações institucionais como a Casa da Câmara e a cadeia.

Sabemos que a instalação da vila nessa região do rio Amazonas não foi bem-sucedida. A obra de Laurent Vidal deixa claro todos os desafios e insatisfações que os mazaganenses da nova vila tiveram durante a ocupação. Um conjunto principal de fatores levou a esse fracasso: o alto índice de enfermos, a miséria e as fugas de indígenas. Fatores esses que por muito tempo foram, de certa forma, negligenciados pela Coroa, mesmo após diversas cartas contendo as queixas dos moradores (Vidal, 2008). O autor aponta que dependência da mão de obra indígena para conseguir reproduzir o desenvolvimento estrutural e produtivo¹⁷, impossibilitou o progresso da vila. Isso se deu devido as fugas recorrentes dos nativos que sempre tiveram familiaridade com as densas florestas da Amazônia. Além disso, Vidal (2008) menciona que nas documentações analisadas, identificou uma única informação de um negro foragido de Nova Mazagão, no ano de 1781.

Mas as fugas comuns não eram somente de indígenas, as evasões de luso mazaganenses ocorreram desde os anos 1770, a maioria são de pessoas isoladas que abandonaram sua família na região para se instalar em locais como a Vila de Macapá ou Belém (Vidal, 2008). O autor ressalta, que não foram consideradas fugas para o governo,

¹⁶ Vidal (2008) menciona que algumas das famílias que chegaram em Belém foram enviadas para outras vilas próximas como a de Macapá e Madre Vistosa.

¹⁷ Dependiam dos seus conhecimentos da região para as construções e o desenvolvimento das agriculturas.

pois estes pediam autorização para sua retirada temporária, a fim de resolver questões próprias, e assim não retornavam mais para a vila. O abandono de muitos moradores provocou a deterioração de diversas moradias, pois os materiais usados nas construções das casas necessitavam de constantes reparos, e a falta deles ocasionou o desabamento das residências (Vidal, 2008).

Além das moradias, as instalações oficiais também foram se deteriorando com o tempo. De acordo com Vidal (2008), o altar da primeira Igreja foi transferido urgentemente devido os riscos de desmoronamento no ano de 1779, para uma nova com uma estrutura de blocos de preda que ainda estava em construção. No entanto, mesmo com a utilização desse material mais resistente, as documentações oficiais citam que a segunda Igreja teve parte da sua parede lateral desmoronada em 1787 (Vidal, 2008).

Após diversas cartas e petições enviadas para Portugal, solicitando a solução dos problemas das famílias mazaganenses desde os primeiros anos de instalação, foi somente em 1779 que a Coroa Portuguesa considerou e pediu um relatório da situação da vila. Vidal (2008) relata que nesse momento o governador João Pereira Caldas, ao encaminhar o documento para os ministros, apontou que os moradores não tinham experiência com atividades de lavoura, e por isso o desenvolvimento econômico estava estagnado. Como solução sugeriu algumas alternativas para ajudar essas famílias, entre elas, recomendou que podiam ser enviados seis negros escravizados (quatro homens e duas mulheres) para cada família (Vidal, 2008). Sobre isso, o autor informa que a decisão da Coroa foi de ordenar o envio de alguns indígenas para a agricultura, mas isso não surtiu o efeito esperado, continuando as diversas fugas deles e as dificuldades de sobrevivência dos colonos na região.

Em 1780, o novo governador José de Nápoles Telo de Meneses não tinha tanto apreço pelos mazaganenses. Tal sentimento transpareceu durante um surto epidêmico que atingiu as três vilas (Macapá, Nova Mazagão e Madre Vistosa), quando se omitiu de prestar auxílio para os moradores da vila de Nova Mazagão (Vidal, 2008). Segundo o autor, os membros da Coroa souberam somente em 1782 do sofrimento das famílias e seus pedidos para se instalarem em Belém por dois anos, até a região ficar menos insalubre. Telo de Meneses reconhecia a gravidade e o tormento que os mazaganenses vinham passando, mas considerava que a saída deles poderia causar a extinção da vila,

prejudicando o planejamento estratégico de Portugal, e acreditava que esse pedido estava sendo usado como justificativa dos moradores para saírem da região (Costa, 2018).

Nesse mesmo ano, a Coroa começa a reconhecer o fracasso da instalação dessa vila e começa a tomar decisões para auxiliar essas famílias. O historiador Laurent Vidal aponta que essas atitudes ocorreram a partir do receio da influência de revoluções, como a dos EUA que acabara de ter sua independência. Diante disso, Portugal concedeu liberdade aos moradores, no ano de 1783, de se instalarem em qualquer região do Grão-Pará, pedindo a permanência de algumas famílias, por achar necessária a ocupação nesse local. Aos que saíram foram dados empregos públicos ou negros escravizados como forma de auxílio, e com a intenção de se verem “quites” de suas responsabilidades com os lusos mazaganenses (Vidal, 2008).

Vidal (2008) menciona que após esse momento ocorre um vácuo nas informações sobre a vila de Nova Mazagão, as documentações desaparecem instantaneamente, tendo somente informações isoladas de visitas ou petições. O autor diz que, nas poucas fontes encontradas, se mencionam o cenário deplorável da vila, que era assolada de enfermos. Entre esses documentos, identificou um que informava que seu nome foi substituído por Regeneração no ano de 1833, perdendo seu estatuto de vila, passaria a ser juridicamente dependente da vila de Macapá (a partir de uma lei que propugnava novas divisões administrativas). No entanto, no ano de 1840 ela recupera seu nome de origem e em 1888 foi promovida a cidade (Boyer, 2008).

2.3- Os vestígios materiais

No ano de 2005 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Governo do Estado do Amapá tiveram o interesse em resgatar e pensar estratégias para preservar o patrimônio arqueológico do estado amapaense, devido às condições vulneráveis em que ele se encontrava (Silva, 2015). Assim, criaram o Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Arqueológico, que tinha como objetivo promover a recuperação de áreas potencialmente arqueológicas, para realizar atividades culturais e turísticas, envolvendo as comunidades locais e reforçando para elas a importância da preservação dessas áreas. Apesar de não ter sido executada com êxito (Silva, 2015), essas ações voltaram o olhar do potencial arqueológico do Amapá e permitiram a identificação

de novos contextos arqueológicos e viabilizaram pesquisas em sítios já conhecidos, mas nunca estudados, como o sítio “Mazagão Velho Marroquina”.

Todos da comunidade reconhecem o passado colonial de Mazagão Velho, isso é evidente nas festividades tradicionais centenárias que buscam, de certa forma, contar a história dos seus antecedentes (Boyer, 2008). O que não se conhecia, ainda, era a representação dele na arquitetura da vila. A pesquisa da arquiteta Renata Malcher que buscou reconstruir o histórico da urbanização portuguesa na Amazônia entre os séculos XVI e XVIII, apesar de não ter identificado aos redores do distrito as estruturas físicas examinadas nas plantas da antiga vila pombalina, contribuiu para o reconhecimento do potencial arqueológico na região (Araújo, 1998). Considerando esse estudo, e a partir da iniciativa do Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Arqueológico, as instituições envolvidas pensaram na possibilidade de avaliar as relações espaciais entre o atual povoado e a antiga vila.

Foi nesse contexto que o IPHAN e o Governo do Estado do Amapá solicitaram a vinda de uma equipe do Laboratório de Arqueologia, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), para realizar uma prospecção na área de entorno do distrito de Mazagão Velho. A equipe possuía experiência com pesquisas em locais onde antes eram ocupações coloniais, portanto, tinham uma metodologia bem definida para avaliar o local e explorar a região. A pesquisa foi dividida em duas etapas: a primeira consistiu na identificação das estruturas, prospecção e resgate de materiais que se encontravam na parte superficial; na segunda realizaram as escavações, ações educativas e salvaguarda das coleções (Albuquerque e Lucena, 2020).

A primeira etapa iniciou com o levantamento de informações históricas (documentais, iconográficas e cartográficas), geológicas, geoarqueológicas, arqueológicas e de depoimentos de moradores locais (principalmente de pessoas mais velhas, crianças e de trabalhadores rurais)¹⁸. A intenção de juntar esses dados, era para conhecer as estruturas que foram construídas no período colonial, identificar se o espaço descrito na planta da vila coincidia com as casas e ruas atuais e encontrar possíveis vestígios. Pretendiam também, informar-se sobre o terreno para reconhecer possíveis alterações (naturais e antrópicas) que ocorreram ao longo dos anos. Além disso, com as cartografias e iconografias da vila,

¹⁸ Albuquerque e Lucena (2020) relatam que optaram por entrevistar crianças por elas terem um grande potencial de informações de vestígios arqueológicos na região, a partir de suas andanças.

realizaram o georreferenciamento das casas e dos prédios antigos. Ao examinar todos esses elementos, foram averiguar a paisagem local em busca de vestígios naturais que correspondessem as referências obtidas (Albuquerque e Lucena, 2020).

Os arqueólogos da UFPE apontam que as prospecções de campo permitiram identificar alguns vestígios das estruturas de vila de Nova Mazagão. Dentro da comunidade atual foram encontradas duas casas de taipa¹⁹ (Figura 3), provavelmente construídas no século XVIII, uma delas tinha um gradil referente ao século XIX. Albuquerque e Lucena (2003) mencionaram que o estado de preservação delas eram tão delicados, que em 2002 uma delas chegou a ser destruída. Os pesquisadores optaram por investigar a área de mata ao redor da comunidade e identificaram a presença de tijolos e pedras, possivelmente associados a uma construção ali.

Figura 3: Do lado esquerdo a casa de taipa, com o gradil do século XX; lado direito casa de taipa destruída em 2002.



Fonte: Albuquerque e Lucena, 2006.

Constataram marcas de erosão diferentes no solo, que podem ser referentes a antigas estruturas, com um padrão de alinhamento entre elas, e ao verificarem a distância

¹⁹ De acordo com o IPHAN, casas de taipa são constituídas com galhos finos e longos que servem de estrutura para parede vedada com barro.

entre os vértices perceberam uma compatibilidade com as ruas da antiga vila²⁰. Além disso, identificaram a presença de cavidades que poderiam ser de cisternas antigas, que após do abandono foram sendo aterradas com o tempo (Albuquerque e Lucena, 2020).

No entanto, o que mais chamou atenção dos pesquisadores foram as ruínas de uma construção formada com blocos de pedras, que apresentavam duas partes de paredes erguidas e na superfície próxima havia vestígios de telhas, tijolos e pedras (Figura 4).

Os pesquisadores resolveram coletar relatos da comunidade para reunir informações sobre as ruínas encontradas. Assim, conseguiram as informações que na região existia um antigo cemitério. Informaram que havia uma igreja, mas parte da sua estrutura de pedra foi retirada para ser reutilizada na construção de uma escola no Município de Mazagão Novo, os outros elementos desmoronaram ao longo dos anos devido a quedas de árvores e plantios na área (Albuquerque e Lucena, 2020). Ao revisarem as plantas da antiga vila, os arqueólogos perceberam que a igreja estava em um local diferente de onde se constava. No entanto, como relatamos no tópico anterior, identificou-se nas documentações que o primeiro templo construído desmoronou e um outro foi edificado no ano de 1783 (Vidal, 2008).

Figura 4: Aspecto atual das ruínas em meio a mata.



²⁰ As análises das plantas da vila de Nova Mazagão permitiram realizar as comparações. Ver: Albuquerque e Lucena (2020).

Os moradores também relataram que essa região transmitia sensações de medo para eles. Por esse motivo, após a finalização da prospecção arqueológica, os moradores se reuniram para realizar uma cerimônia no local das ruínas, depositaram flores, cobriram sepultamentos visíveis e deixaram uma lâmpada fluorescente com uma mensagem, como uma forma de homenagear os indivíduos enterrados na área (Albuquerque e Lucena, 2020).

A segunda etapa da pesquisa arqueológica consistiu, inicialmente, nas escavações da área das ruínas. Era possível visualizar somente as paredes de pedra deterioradas e alguns fragmentos de construção na área, as delimitações estruturais da igreja não estavam evidentes no terreno como observamos na imagem anterior. Por conta disso, realizaram a decapagem mecânica²¹ horizontal em ampla superfície, para identificar as distribuições do templo católico setecentista que poderiam ainda estar presentes. As ações permitiram observar que o edifício religioso possuía, aproximadamente, 600m², além de vestígios de materiais procedentes dos séculos XVIII ao XX (Albuquerque e Lucena, 2020).

As atividades também possibilitaram a identificação de alicerces nas laterais da igreja, com mais de um metro de comprimento e com uma espessura suficiente para se considerar que se previa o uso dessa construção para abrigar sepultamentos humanos (Figura 5). Também identificaram que as paredes e colunas de tijolos (grande parte delas estava demolida) foram rejuntadas com argamassa de cal ou barro, que formavam a parte interior e o frontão do templo. Outros tijolos foram descobertos, estes apresentavam formatos semicirculares ou extremidades chanfradas, semelhante ao que se utilizava em altar católico. Além disso, foram resgatados azulejos com dois padrões diferentes de decoração relacionados ao século XIX (Albuquerque e Lucena, 2020).

²¹ A decapagem mecânica se baseia na retirada de centímetros do solo, com auxílio de máquinas (tratores).

Figura 5: Imagem do alicerce (a estrutura mais alta), a interrupção da estrutura ocorreu devido a abertura de uma cova para um sepultamento.



Fonte: Albuquerque e Lucena, 2006.

Sobre o piso, as escavações evidenciaram um pavimentado em tijoleira, com pinturas coloridas de forma detalhada e acabamentos em relevo, possivelmente referente ao início do século XX. Foram identificados também fragmentos de telhas²², uma quantidade relevante de pregos de diferentes tamanhos e matérias primas distintas²³, uma pequena dobradiça, uma lâmina de machado, três moedas coloniais de cobre²⁴, conjuntos de fragmentos de louças em barro vermelho e branco (faianças), também gargalos e bocas de garrafas de vidro (Albuquerque e Lucena, 2020). Todos os materiais produzidos com ferro encontravam-se oxidados, o que dificultou análises mais específicas.

As escavações identificaram 61 sepultamentos na igreja, sendo classificados 23 como primários e 28 como secundários, porém, 10 não foram identificados pela impossibilidade de avaliar as fichas de coleta de campo. As distribuições das estruturas

²² A sua presença fragmentada sugere um possível desabamento. Ver: Albuquerque e Lucena, 2020.

²³ Foram encontrados pregos de ferro com diferentes espessuras, pequenos pregos de latão e tachas de latão.

²⁴ As moedas são referentes ao século XVIII.

funerárias indicaram uma concentração maior de material ósseo próximo ao altar e junto à porta, no entanto, os pesquisadores apontam que por serem evidências somente das camadas mais próximas da superfície, esses dados representam vestígios parciais do conjunto da igreja. Vale ressaltar que neste período era uma prática comum sepultar os mortos dentro das igrejas, por isso os pesquisadores esperavam se deparar com tais estruturas e ainda apontam a possibilidade de haver sepultamentos no entorno da igreja (Albuquerque et al, 2023).

A equipe de Albuquerque e Lucena ainda observaram que algumas sepulturas foram depositadas após o desabamento da estrutura da igreja, pois estavam em um nível raso de profundidade, associados as camadas de sedimentos que se formaram por cima dos alicerces das laterais do templo. Perturbações foram identificadas em muitas estruturas e a análise dos dados de campo apontou que a causa disso pode ter sido o posterior uso do terreno para o plantio²⁵ e o uso continuado do lugar para enterramentos (Albuquerque e Lucena, 2020).

Os pesquisadores identificaram alguns conjuntos de sepultamentos com esqueletos incompletos ou duplicados. Apontam que a abertura de novas covas²⁶ e as atividades naturais e/ou agrícolas podem ter provocado a remoção parcial ou de terem misturado ossos de diferentes indivíduos. Por conta disso, entendem que a maioria dos sepultamentos secundários representam estruturas funerárias que foram atingidas por essas implicações, e não necessariamente decorrentes de práticas rituais (Albuquerque et al, 2023).

Em relação aos materiais associados as estruturas funerárias, foram encontrados fragmentos de couro com pregos de latão (referentes a peças de calçados), uma medalha religiosa, uma Cruz Pátea e botões (de osso, plástico e metal) que pertenciam ao século XIX e XX. A maioria das análises sobre os sepultamentos foram realizadas no local, outras foram em laboratório com o apoio dos dados produzidos em campo (Albuquerque e Lucena, 2006; Albuquerque et al, 2023).

Durante suas atividades, os arqueólogos receberam muitos visitantes da comunidade, informaram que eram pessoas de todas as idades que ficavam ao redor acompanhando cada descoberta da escavação. A equipe também teve a presença de

²⁵ Apontam a possibilidade de realocação de sepultamentos, decorrente da identificação destes pelos agricultores.

²⁶ Sugerem que o abandono e desabamento da igreja podem ter levado a perda de sinalizadores de áreas onde havia covas.

estudantes e da imprensa. Conforme tinham esses contatos, os técnicos explicavam as intenções e andamento do seu trabalho para a população interessada, como uma forma de educação patrimonial. Ao fim das escavações e finalização das avaliações de todos os sepultamentos escavados, foram realizadas algumas ações para preservar o contexto arqueológico.

A região onde se encontram as ruínas foi cercada, construíram uma passarela de madeira próximo, que possibilita a visita da área sem ameaçar danos à estrutura. Os sepultamentos foram individualizados, colocados em urnas de vidro e acondicionados em um pequeno mausoléu dentro do cemitério atual da comunidade, construído especialmente para acomodação das estruturas funerárias (Albuquerque e Lucena, 2006).

Antes do acondicionamento desses indivíduos realizaram um rito de homenagem a eles, com a participação da comunidade, de autoridades governamentais (Prefeito do município de Mazagão, Governador do Estado do Amapá e autoridades internacionais), membros do exército e da polícia militar. O tributo iniciou com uma cerimônia religiosa na igreja atual, seguidamente prosseguiu com o traslado das urnas para o mausoléu, com algumas cobertas com a bandeira do Brasil, Portugal e Marrocos (Albuquerque e Lucena, 2020).

2.4- Mazagão Velho atualmente

Como mencionamos, o distrito de Mazagão Velho carrega muitos aspectos culturais ligados à sua ancestralidade. Algumas pesquisas realizadas na região, com fundamentos etnográficos, demonstram o reconhecimento dos nativos de sua característica pluriétnica e multicultural (Yunes, 2022). As menções que os próprios moradores declaram, quando entrevistados, sobre serem descendentes dos negros africanos e portugueses que fundaram a vila de Nova Mazagão, nos permitem perceber a sua identidade (Ribeiro, 2016; Yunes, 2022). Como menciona Karina Ribeiro, ao dizer que a transferência “da população de Marrocos para o Amapá age sobre eles como um acontecimento fundamental para a construção de suas identidades” (Ribeiro, 2016, p. 58). A pesquisadora relata que os festejos realizados no povoado carregam um conjunto de elementos que expressam essas características.

A antropóloga Véronique Boyer, ao estudar as práticas culturais da comunidade de Mazagão Velho como um símbolo de identidade, aponta que no Brasil é comum que as expressões religiosas sejam vistas como um tipo manifestação cultural. Nesse caso, a pesquisadora considera que a Festa de São Tiago²⁷ e a do Divino Espírito Santo²⁸, demonstram as características portuguesa e afro-brasileira dos descendentes dos fundadores que colonizaram a região no século XVIII. Porém, Boyer (2008) constata que o pertencimento étnico que predomina atualmente é o de ascendência africana, isso se torna evidente quando ela menciona que “a vila aparece como o lugar através do qual os negros afirmam sua presença no Estado” (Boyer, 2008, p. 13).

Em sua pesquisa, a antropóloga aponta que o principal elemento que representa a predominância negra na região é o marabaixo. Ela menciona que as histórias que circulam sobre a origem da manifestação acabam se complementando: uma fala que ela se originou em Mazagão de Marrocos e era chamada de coco; outra cita que uma senhora decidiu substituir coco por marabaixo após um evento ocorrido por um protesto de um negro escravizado, que morreu durante a travessia marítima, onde seus companheiros tiveram que jogar seu corpo “mar abaixo”; a última diz que no dia que os negros escravizados tiveram seus pedidos atendidos, para receber um dia de folga para celebrar o Divino Espírito Santo, a rainha mandou tirar apenas as algemas das mãos, algemados nos pés, os negros tiveram de arrastar seus passos, sendo a forma da dança até os dias atuais. Percebemos então a proveniência do marabaixo, a razão do seu nome e a explicação da maneira de se dançar.

Desse modo, podemos observar que atualmente a vila é composta majoritariamente por pessoas negras, descendentes dos negros que foram escravizados por famílias portuguesas. E ainda, a grande importância dessa região para os aspectos culturais do Estado, pois as pessoas consideram-na como o berço da cultura amapaense (Boyer, 2008).

Além disso, como mencionamos acima, as investigações arqueológicas evidenciaram novos elementos para a comunidade e seu passado colonial. As ruínas da antiga igreja e todos os vestígios identificados relacionados a ela, despertou um interesse

²⁷ A Festa de São Tiago tem origem no século XVIII, foi realizada pelas primeiras famílias que colonizaram a região. Atualmente o festejo ocorre todo ano no mês de julho (entre os dias 16 e 28), são realizados cultos religiosos e encenações que remetem ao passado marroquino.

²⁸ A festividade do Divino Espírito Santo tem origem portuguesa, chegou ao Brasil no século XVI através dos jesuítas. É comemorada em várias regiões do país atualmente, em Mazagão Velho o festejo é centenário e ocorre todo ano entre os dias 16 e 25 de agosto.

não somente da comunidade científica, mas também de membros do poder público e da população local. Desde antes de iniciar a investigação arqueológica, o Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Arqueológico já tinha como objetivo desenvolver nas áreas com sítios arqueológicos atividades turísticas, investindo nessas regiões não somente pesquisas, mas também na viabilização de infraestruturas adequadas para visitação desses lugares (Silva, 2016).

Esse plano político, apesar de não prosperar, ampliou o cuidado dos moradores de Mazagão Velho com o passado. As escavações das covas e a construção do mausoléu dentro do cemitério, para abrigar os sepultamentos da antiga igreja, podem ter transportado novos componentes na cultura desse povo. E o que nos indagamos nesse momento é, se esse for o caso, de que forma as ruínas da antiga igreja e os sepultamentos dela escavados se misturam ao cotidiano da comunidade, considerando suas visões de mundo, crenças e memória? Existem relações de identidade entre comunidade e o passado representado pelas ruínas da igreja e os corpos outrora nela sepultados? E quais são as perspectivas para a manutenção do sítio arqueológico e preservação dos remanescentes humano?

Consideramos que a comunidade possui um grande interesse e preocupação na proteção desses vestígios. E como exposto, vemos que essa população possui um grande apreço pelo passado colonial e por suas raízes afrodescendentes. Sendo uma população que se fortaleceu na região ao longo de séculos, resistindo a doenças, abandono e a miséria.

III

MÉTODOS

Os procedimentos dessa pesquisa podem ser divididos em dois tipos: métodos para o levantamento bibliográfico e métodos do trabalho de campo, que incluem também a forma de organização e processamento das informações coletadas junto aos moradores de Mazagão Velho.

Definimos como procedimentos iniciais a revisão bibliográfica e o levantamento de informações sobre a região, para aproximação do objeto, sendo esse a relação da comunidade de Mazagão Velho com a ruína da antiga Igreja e os sepultamentos que estão presentes no mausoléu do cemitério São Benedito. A bibliografia inclui a publicação de pesquisas em artigos, relatórios científicos, capítulos de livros, livros, teses e dissertações disponíveis em bibliotecas virtuais como a SciELO e o Portal de Periódico CAPES. O critério de seleção das referências foi voltado para trabalhos que contribuíssem com o entendimento do processo histórico de Mazagão Velho, relatórios de pesquisas sobre o contexto arqueológico e materiais que permitissem conhecer os aspectos culturais e sociais atuais da comunidade.

Desse modo, ao realizarmos uma revisão narrativa da bibliografia, identificamos uma escassez de estudos voltados para o contexto histórico e arqueológico da região. As principais pesquisas dedicadas ao processo de ocupação dessa região e as mudanças que a vila sofreu ao longo da história foram de Renata Malcher de Araújo (1998), Eliana Ramos Ferreira (1998) Laurent Oliver Vidal (2008) e Paulo Marcelo Cambraia da Costa (2018). A única pesquisa arqueológica realizada na comunidade, por outro lado, foi a equipe de arqueólogos da Universidade Federal de Pernambuco no ano de 2005, coordenada por Marcos Albuquerque e Velela Lucena (2006). De forma complementar, a verificação de informações específicas sobre o estado do patrimônio arqueológico em Mazagão Velho foi realizada a partir da base de dados no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em etapa posterior, buscamos identificar em pesquisas de referência quais seriam as ferramentas teóricas, como conceitos e classificações, mais adequadas ao problema dessa pesquisa. Em se tratando de métodos de pesquisa, especialmente de campo, a revisão demonstrou uma muitas das pesquisas sobre comunidades e arqueologia não são precisas quanto a metodologia empregada, principalmente sobre como realizar a coleta de dados e o seu tratamento posterior. Diante disso, ao definirmos os procedimentos que seriam adotados, consideramos necessário incluir o atual capítulo, descrevendo da melhor forma possível os critérios e nossas escolhas metodológicas.

Consideramos utilizar as abordagens metodológicas da História Oral e da Etnografia. Visto que ambas adquirem, por meio de práticas voltadas para a oralidade, conhecimentos e sentimentos particulares do outro em relação a determinado tema. Dessa forma, produzimos inicialmente o questionário (Anexo I) seguindo as orientações de Arlene Fink (2013) e Hartmut Gunther (2003) para sua elaboração. O primeiro passo para produção do questionário foram as definições de *conceitos-chave* com base no foco da presente pesquisa, ou seja, problemas centrais a partir das quais desenvolvemos as perguntas. Consideramos como conceitos norteadores os seguintes temas: (a) as ruínas da Igreja; (b) os sepultamentos no mausoléu; (c) a relação da comunidade científica com a comunidade de Mazagão Velho e (d) a relação do poder público com a comunidade.

Em seguida, definimos que estruturalmente o questionário seria dividido em quatro partes:

- Perguntas de Aproximação;
- Apresentação da Entrevistadora;
- Perguntas Centrais;
- Identificação dos Entrevistados.

Cabe ressaltar que durante as entrevistas, as perguntas e assuntos incluídos no questionário serviram como fio condutor de uma conversa mais ampla do que o próprio questionário em si.

Na etapa definida como “perguntas de aproximação”, estabelecemos que esse momento do diálogo deveria servir identificar a naturalidade do entrevistado e de sua família, conhecer, por meio de sua trajetória a história da vila de Nova Mazagão e entender se o mesmo possui familiaridade com a ruína da antiga igreja.

A segunda parte, “apresentação da entrevistadora”, foi incluída para dinamizar a entrevista, aproximando o entrevistado com o tema da pesquisa e apresentando a ele ou ela os motivos que proporcionaram a criação do deste projeto.

Na terceira parte, exploramos os conceitos definidos acima através de perguntas centrais para o problema da pesquisa.

Por último, acrescentamos um campo de dados básicos de identificação dos entrevistados. Em todas as questões presentes no questionário, procuramos dar foco as experiências pessoais de cada entrevistado.

Decidimos realizar entrevistas semiestruturadas, ou seja, combinando perguntas abertas e fechadas com foco em obter uma narrativa natural e suscitar a memória do entrevistado (Boni e Quaresma, 2005). O público definido foram homens e mulheres acima de 30 anos de idade e que residem em Mazagão Velho desde antes dos anos 2000 (Figura 6). Isso pois, encaramos a possibilidade de os entrevistados terem acompanhado a escavação arqueológica realizada em 2005 e, dessa forma, poderem compartilhar suas impressões e lembranças daquele momento.

Figura 6: Realização das entrevistas semiestruturadas em Mazagão Velho. A esquerda, entrevista com Dona Joaquina Jacarandá; a direita entrevista com Sr. Jozué Videira.



Foto: Diana Silva, 2024.

Em campo, os suportes para as entrevistas foram os questionários, um gravador de voz e um aparelho eletrônico para fotografias. Além disso, elaboramos um termo de cessão de direito de uso de imagem e depoimento oral (Anexo II), o qual foi produzido previamente a ida à campo e sempre aplicado ao final das entrevistas, conforme orientado por Verena Alberti (2005).

A pesquisa ocorreu entre os dias 04 e 18 de abril de 2024, alternando as visitas em cinco dias alternados.

Figura 7: Visita ao mausoléu dentro do Cemitério São Benedito, acompanhada pelo Sr. Adervan Lacerda. São Benedito é o principal cemitério da vila e está localizado a poucos metros do recinto das ruínas da antiga igreja.



Foto: Rafael Stabile, 2024.

Uma sondagem inicial com moradores de Mazagão Velho, indicados por pessoas externas da comunidade, revelou a possibilidade de haver relativa resistência ou disposição de parte dos moradores a participar da pesquisa. Tal receio da comunidade ocorreria devido ao histórico de pesquisadores que já realizaram estudos sobre a região e não

retornaram à comunidade com resultados ou consequências do trabalho realizado. Por isso, as primeiras aproximações foram com pessoas que desempenham um papel político, religioso ou comunitário na região²⁹. É importante ressaltar que não foram definidas em primeiro momento a quantidade de entrevistados, visto que priorizamos a qualidade dos dados gerados.

Procuramos realizar as entrevistas nos locais escolhidos pelos próprios entrevistados, como suas casas ou local de trabalho. Além disso, durante nossas idas, vimos as ruínas da igreja, o mausoléu (Figura 7) e caminhamos pela região para conhecer outros espaços. A visita ao cemitério foi acompanhada por um funcionário do poder público municipal que é responsável pela proteção e cuidado com o bem arqueológico, o Sr. Adervam Lacerda.

Após a etapa de campo, iniciamos o processo de organização dos dados com as transcrições das gravações em áudio das entrevistas. Para esse processo, utilizamos como recurso a plataforma *Microsoft Word*, a qual possui uma ferramenta para a transcrição de arquivo de áudio. Esse recurso exige uma revisão das transcrições, ou seja, um tratamento posterior ao processamento realizado pelo software. Assim, comparamos o resultado das transcrições com os áudios, a fim de corrigir eventuais divergências e trechos ininteligíveis pela ferramenta. Após essas revisões, reunimos e comparamos as respostas de cada entrevistado para analisar os dados.

²⁹ As entrevistas não ficaram limitadas as pessoas com essas características, no entanto, os primeiros contatos foram com pessoas que exerciam algum desses papéis.

IV

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a pesquisa de campo, o principal apoio para a realização das entrevistas foi a colaboração de um morador da região³⁰. Consequentemente, o público entrevistado foram pessoas acima de 50 anos e que exercem determinadas funções nas principais festividades de Mazagão Velho³¹, isso devido ao fato deles serem pessoas mais acessíveis de localizar durante a semana, pois muitos moradores mais trabalham em outras regiões remotas, como local de roça, pesca e outros serviços.

Observamos que os entrevistados são autônomos, aposentados ou funcionários públicos. Diante disso, nossas entrevistas foram realizadas nas suas residências, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Agostinha Maria da Silva Penha e no Palácio Rio Mutuacá, visto que se trata dos locais de residência e trabalhos dos entrevistados, sendo assim, lugares mais flexíveis para receber pessoas externas.

A partir das conversas, observamos que todos os moradores entrevistados se consideram negros e possuem uma forte relação com o catolicismo. Acreditamos que tal ligação afeta diretamente nas preocupações e sentimentos voltados para as ruínas da antiga igreja, considerando esse ser um ambiente cristão e sagrado. O passado de todos apontam uma interação indireta, mas de respeito com esse espaço, durante as idas e vindas do antigo caminho para a roça. Alguns dos relatos mencionam que antigamente ocorriam missas, organizadas por padres que foram encaminhados para a região, com o apoio de membros da comunidade. As histórias, que foram contadas pelos seus avós, pais e/ou tios relatam que o espaço da antiga igreja sempre representou um local de veneração católico.

³⁰ O sr. Jozué Videira foi um grande colaborador para minha pesquisa de campo, nossas conversas foram muito esclarecedoras sobre as preocupações dos moradores de Mazagão Velho com a comunidade científica.

³¹ Festa do Divino Espírito Santo e Festa de São Tiago.

4.1- Apresentação dos Entrevistados

O professor Antônio Pinto Videira, possui 52 anos de idade, é católico e atualmente é professor de estudos culturais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Agostinha Maria da Silva Penha. Está envolvido em diversos seguimentos culturais de Mazagão Velho, como exemplo, o professor é orador da Festa de São Tiago e tem um conhecimento profundo sobre a história dos primeiros mazaganenses.

Entrevista Realizada em: 04 de abril de 2024.



Figura 8: entrevista com o professor Antônio Pinto. Foto: Diana Silva, 2024.



Figura 9: entrevista com Jozué Videira. Foto: Diana Silva, 2024.

O Sr. Jozué da Conceição Videira, possui 57 anos de idade, é católico e autônomo (trabalha com distribuição de água mineral na região). Ele foi um dos grandes colaboradores para a realização da presente pesquisa, sendo uma pessoa respeitada na vila por sua busca e domínio do conhecimento histórico de seus ancestrais. Jozué possui em sua residência, o que pode se dizer, um acervo cultural de Mazagão Velho: desde

caixas de batoque, de marabaixo, pau de chuva e outros diversos instrumentos utilizados nas festas culturais da região. Nos informou que constantemente recebe visitantes ou turistas para falar sobre a história de Mazagão Velho e apresentar seus bens culturais.

Entrevista Realizada em: 06 de abril de 2024.

Dona Joaquina da Silva Jacarandá, possui 70 anos e atualmente é auxiliar da secretaria na Escola Estadual Prof.^a Antônia Silva Santos. Dona Joaquina relatou que sua avó paterna chegou na região de Mazagão Velho com apenas 5 anos de idade, e era escravizada. Dona Joaquina atualmente é chefe de duas festividades que ocorrem na região: a festa do Divino Espírito Santo e da Festa de São Gonçalo. Assumiu o compromisso de cantar as folias na festividade do Divino Espírito Santo quando sua mãe adoeceu, ela ensina outras mulheres da região o canto das folias.

Entrevista Realizada em: 14 de abril de 2024



Figura 10: entrevista com Dona Joaquina Jacarandá. Foto: Diana Silva, 2024.



Figura 11: entrevista com Seu Zé. Foto: Diana Silva, 2024.

Entrevista Realizada em: 14 de abril de 2024.

Sr. José Silva da Conceição, possui 75 anos de idade, aposentado e atualmente é chefe dos cacheiros da Festa de São Tiago. Nos informou que assumiu tal papel como herança cultural, com o propósito de manter os costumes e repassar para os mais novos o legado dos cacheiros. Sua preocupação principal é com a falta de interesse da comunidade mais jovem em compreender e reproduzir as atividades culturais da população de Mazagão Velho

Sr. José Jacarandá de Brito, possui 68 anos de idade e atualmente exerce ofício de pintor, pelo governo federal. Como quase todos da comunidade, ele participa todos os anos da Festa de São Tiago, da Festa do Divino Espírito Santo e das demais festividades católicas que ocorrem na região. Em nossa conversa, o senhor José Brito informou que seus avós maternos, hoje falecidos, chegaram a assistir missas na Igreja antiga, antes do abandono da vila. Eles mencionaram que jamais imaginaram que tivessem a



Figura 12: entrevista com José Brito. Foto: Diana Silva, 2024.

presença de sepultamentos em suas estruturas antes das escavações arqueológicas ocorrerem.

Entrevista Realizada em: 18 de abril de 2024

Sr. Edivaldo Pinto Soares, possui 64 anos de idade, é artesão e exerce o ofício de pintor pelo governo federal. O trabalho artístico de Edivaldo se destaca por ser criador das máscaras de barro usadas pelos mouros, na encenação na Festa de São Tiago. Ele é constantemente procurado por pesquisadores e professores para falar sobre o processo de fabricação das máscaras e suas funções na festividade. Atualmente repassa para seus descendentes as técnicas de produção, para a permanência do seu legado cultural



Figura 13: entrevista com Edivaldo. Foto: Diana Silva, 2024.

Entrevista Realizada em: 18 de abril de 2024.

4.2- A perspectiva dos mazaganenses sobre o contexto arqueológico

Os resultados das perguntas centrais dessa pesquisa serão abordados no presente ponto. Elas representam como esses espaços, das ruínas e do mausoléu com os ossos humanos, são vistos pelos entrevistados, as preocupações e anseios que eles possuem com esses elementos. Abordaremos também, como tem sido as relações com o público externo, como os pesquisadores e agentes do poder público, responsáveis pela proteção e preservação desse bem arqueológico da comunidade de Mazagão Velho.

Como suporte, examinaremos o processo nº 01492.000072/2004-67, referente as atividades arqueológicas realizadas pela equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, disponibilizado no sistema eletrônico de informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SEI/IPHAN). Além desse, outros processos também serão verificados, com o objetivo de investigar a existência de outras ações sobre as ruínas da igreja ou os sepultamentos que estão acondicionados dentro do mausoléu.

Compreendemos os limites da presente pesquisa, em relação as perspectivas que serão exploradas. Sabemos que as entrevistas revelam um fragmento das interpretações dos mazaganenses, sobre as interações que foram estabelecidas pela comunidade. Ressaltamos que as considerações que serão discutidas partem de reflexões a partir das nossas perguntas, e os debates serão desenvolvidos por nossas concepções.

I - Sobre as Ruínas da Igreja Antiga:

As ruínas estão localizadas no limite da zona urbana de Mazagão Velho, e são situadas por um monumento em frente ao cemitério que indica o seu contexto. Essa situação foi questionada pelo IPHAN no ano de 2016, durante uma vistoria no sítio, que identificou a construção não autorizada do objeto, e foi considerado um impacto paisagístico³². Não existe, até o presente, uma placa que sinalize que área corresponde a um sítio arqueológico. Nossos entrevistados mencionaram que esse espaço sempre fora conhecido por eles como a Igreja Antiga, referente a vila construída pelos mazaganenses transferidos de Marrocos para o Brasil. A memória desse ambiente sagrado foi mantida por meio dos seus entes mais velhos, que durante a juventude chegaram a presenciar as

³² Processo número: 01424.000317/2017-84, disponível no SEI/IPHAN.

estruturas mais íntegras. Alguns dos relatos citam sobre familiares que participaram de missas que ocorreram dentro dela, como relata o senhor José Brito:

“Engraçado que, o meu avô, ele morreu com 100 anos, e a minha avó morreu com 104. E eles assistiram missa lá naquele espaço, mas só que eles nunca souberam que tinha alguém sepultado ali, nunca souberam”

Cabe ressaltar que no relatório, no livro e artigo produzidos por Marcos Albuquerque e colaboradores mencionam que os moradores de Mazagão Velho não tinham o conhecimento que a lugar era uma igreja e conheciam apenas como um cemitério antigo (Albuquerque e Lucena, 2006). No entanto, nossas entrevistas comprovam que é o oposto disso, eles sempre foram cientes que aquele espaço era uma igreja católica do período colonial e acreditavam que havia sepultamentos de padres que se estabeleceram na região.

De acordo com as narrativas, e conforme visto no relatório de escavação, as pedras das paredes da igreja antiga foram reutilizadas para a construção de uma escola no município de Mazagão e da Paróquia de Nossa Senhora de Assunção, localizada na frente da cidade (Figura 14). Sobre esse fato, ‘Seu Zé’ relembra dessa transição a partir da memória de sua mãe: “[...] a minha mãe carregou pedra na cabeça, pra essa igreja, daqui pra lá”. Em referência a esse contexto, os pesquisadores mencionam que as estruturas foram demolidas para essas construções:

“Quando da implantação do Município de Mazagão, buscou-se na praticamente abandonada Mazagão Velho, as pedras da igreja em ruínas para construir-se os alicerces do novo Grupo Escolar que seria construído. Naquela ocasião muitas paredes restavam em pé e foram derrubadas para recolherem-se as pedras (informação oral de moradores antigos).” (Albuquerque e Lucena, p. 82, 2006).

Figura 14: Igreja Nossa Senhora de Assunção, Mazagão Velho, 2024.



Fonte: Imagem da autora, 2024.

Dos nossos relatos obtidos, somente o professor Antônio Pinto fez menção sobre essa demolição para a construção da escola:

“O que foi que aconteceu. Quando construiu aquela escola Dom Pedro lá, eles vieram buscar pedras daí das ruínas, eles derrubavam a parede para tirar justamente pedras para levar para a construção da escola Dom Pedro. E aí, na época, a população da comunidade, ela não tinha noção do que representava isso para ela, dentro dessa questão histórica, cultural, de acervo. Um patrimônio, né?”

De acordo com os dados do IBGE, a igreja Nossa Senhora de Assunção foi inaugurada no ano de 1937, e a escola Dom Pedro I em 1972. Entendemos que existem razões na decisão de usar partes das ruínas para a nova paróquia, porém, nos questionamos os motivos que levaram ao uso dessas estruturas para a construção do grupo escolar no município de Mazagão. Por outro lado, como podemos ver no relato de Antônio Pinto, apesar do zelo que a comunidade tinha com a Igreja Antiga, eles não tinham a consciência da representatividade histórica daquele espaço. É importante mencionar também, que nesse período o poder público não dava relevância para contextos como esses. Diante disso, as

atividades realizadas de forma irregular nessa região só consideradas ilegais oficialmente após o sítio ter sido registrado pelo IPHAN em 2005.

Além disso, observamos que a comunidade já havia retirado materiais da Igreja Antiga antes da sua desativação como igreja, como podemos ver em outro relato do professor Antônio Pinto:

“[...] então, quando ela ruiu, os moradores acharam melhor pegar as imagens, levava para suas casas, e fazer uma igreja menor. [...] É por isso que quando se vai na casa dessas pessoas antiga, elas têm muitas imagens de santos.” (Antônio Pinto, 2024).

Sobre essa circunstância, entendemos que as imagens de santos católicos foram retiradas pela comunidade e guardados em suas próprias residências com objetivo de manter preservado esses elementos sagrados. Ademais, como expõe Virgínia Yunes (2022) ao examinar as relações que os mazaganenses possuem com suas religiosidades, é comum a presença de altares nas casas dos moradores de Mazagão Velho. Logo, percebemos que os vínculos estabelecidos se expressam nesse cuidado e na importância dada para com os elementos materiais que representam suas religiões.

Diante disso, acreditamos que os cuidados com o local das ruínas da antiga igreja, mesmo sem ser frequentado pelo público católico para a celebração de suas missas diárias ou semanais, foi mantido por conta dessas relações. Percebemos uma preocupação esse ambiente, pois, os relatos apontam que a segurança da ruína sempre foi algo não executado pelo poder público, mas sim pelos moradores da comunidade. No entanto, apesar da proteção desse espaço pelos mazaganenses, as violações por pessoas externas ocorreram continuamente. Quanto a isso, todos mencionam que presenciaram escavações não autorizadas na região, em busca de ouro, moedas ou a violação dos sepultamentos. A maioria se refere a ocorrências antes do projeto realizado em 2005, pela equipe de Marcos Albuquerque e Velela Lucena:

“Quando foi um dia, eu vinha da estrada, que naquele tempo não tinha carro, era só essas ruas, essas duas travessas aqui, era tudo mato. [...] Bem lado do cemitério assim, aí eu passei e escutei pra lá: “pei, pei, pei”. Cavando. [...] Aí eu vindo do mato, aí eu ouvi, vindo pra lá, aí eu cheguei e disse: “Seu Raimundo, eu escutei uma turma de um pessoal cavando lá na igreja velha, agora eu não sei o que é. [...] Aí ele reuniu um pessoal e levou eles pra lá. Naquele tempo o Colares, ele era superintendente da Marinha, né? E aí o pessoal se reuniram aqui

e foram pra lá, quando chegaram lá, ele já vinha saindo, nesse dia ele tirou um litro de ouro, só de moeda de ouro” (Edivaldo Soares, 2024).

Dona Joaquina e Seu Zé também relembram o mesmo fato:

“[...] Aí ele pegou um pessoal daqui, pra ir ver lá né, fazer um escavamento lá. Aí achavam isso, achavam aquilo, achavam outro, aí um dia eu fui lá ver. Eles estavam lá trabalhando, tinha gente daqui também trabalhando com eles lá. Só que, uma noite, não foi Zé? Um pessoal foram lá, um pessoal que vieram de Macapá, com o Seu tal Colares, né Zé?” (Joaquina Jacarandá, 2024).

Seu Zé complementa mencionando as moedas que havia lá: “Foi, o primeiro, foi esse Colares. Levou muita coisa, levaram ouro, moeda, tudo que tinha lá”.

Ressaltamos que no relatório de escavação, não constam informações sobre a identificação de matérias a base de ouro, somente moedas e medalhas foram identificadas e atualmente encontram-se sob a posse dos pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (Albuquerque e Lucena, 2006). Por ser relativamente distante das moradias dos mazaganenses, e considerando que antes a distância era maior, pois, como descrito pelos entrevistados, há menos duas décadas atrás havia somente duas ruas próximas as margens do rio Mazagão, a dificuldade de ver a chegada de outras pessoas possibilita violações na área das ruínas sem o conhecimento dos moradores, como o Sr. Jozué menciona:

“[...] , mas ali sempre foi violado, porque ficava escondido ali dentro daquela mata, como está até hoje. [...] É algum curioso que podia saber o que tinha lá, vivia cavando ali. Só que ninguém sabia quem era. Porque sempre que a gente chegava lá, estava cavado”.

Ao que percebemos, as violações foram frequentes e algumas pessoas tinham o conhecimento, mesmo que breve, sobre o que estava abaixo da superfície desse espaço. Entretanto, os moradores da comunidade sempre realizaram ações que estavam ao seu alcance para manter preservado o espaço das ruínas, sendo incentivados por representantes da igreja católica: “[...] a gente ia, tinha as vezes, tinha um negócio do padre, era até João Carlos o nome dele, ele veio aqui pra Mazagão. A gente ia pra lá, a gente fazia uns negócios de pau mesmo, e celebrava a missa [...]” relata seu Edivaldo Soares. Todos os entrevistados mencionam que participaram dessas atividades quando eram mais novos, e

compreendemos que a partir dessa relação eles construíram seus afetos e memórias com esse ambiente, como podemos constatar na fala do professor Antônio Pinto:

“A minha relação com as ruínas foi quando a gente foi fazer a limpeza lá. Mais ou menos quando eu tinha uns 18 anos, mais ou menos, quando nós montamos uma equipe, que era um grupo jovem e através das pessoas antigas convidaram. Nós viemos fazer uma limpeza nas ruínas, que até então ela se encontrava no cerrado, que tinha muita árvore grande dentro dela, e nós fomos fazer essa limpeza” (Antônio Pinto, 2024).

Normalmente, em comunidades menores, é comum a realização de ações dos representantes católicos que visam a preservação de ambientes que representam a igreja. No entanto, percebemos que a relação que os mazaganenses criaram com as ruínas não foi eventual, ela representa um processo antigo de cuidado, que foram fundamentais na construção de suas próprias memórias com esse ambiente. Esses vínculos exerceram uma influência fundamental para a compreensão que a comunidade possui sobre as ruínas, como diz Dona Joaquina: “Para mim, representa assim: pra mim é um espaço, assim, onde os nossos antepassados assim, eles tinham por ali pela igreja, né? [...] é uma coisa assim muito de respeito lá.”. Para eles, o espaço representa a história dos seus antepassados, que apesar de não ter nenhum aspecto positivo, devido ao contexto da escravidão, ela relembra o papel histórico que os negros tiveram na construção da vila:

“Aonde chegou as primeiras pessoas que vieram pra Mazagão, que tiveram aquele trabalho todo, pra fazer aquela ruína lá, né? Colocaram muito suor, que era no tempo dos escravos, né? Muito sofredor ali, sofrendo. Já pensou, uma pessoa sofrer ali carregando aquelas montras pedras pra colocar uma em cima da outra? Então lá representa uma grande história pra gente, né? E a gente deve ter muito respeito por ali, porque é ali que tá a nossa história aqui dentro, a história de Mazagão Velho. [...] Tiveram suor, fizeram tudo por aqui, sofreram pra construir aquilo ali.” (Edivaldo Soares, 2024).

A violência sofrida pelos negros que foram levados e escravizados nessa região, são questões de conhecimento da comunidade. São histórias que alguns moradores ouviram de seus avós, que chegaram presenciar situações desse período, como a Dona Joaquina nos relata:

“Olha, coisa que eu mais ficava assim, triste assim, quando a minha avó dizia pro papai, era pra minha tia, que a minha tia tinha mais essas conversas. Os senhores lá, eles, quando a mulher tinha criança, né? Aí eles chamavam os pretos pra dar o

leite, aí quando acabava de lá, ela terminava de dar, aí ela ia pro tronco apanhar. Isso era coisa de ruindade mesmo. Aí tinha que servir o marido dela, quando terminava, ela tinha que pegar uma surra. [...] é uma coisa muito sofrida”.

A comunidade tem a consciência que as ruínas representam a Mazagão colonial, e acreditamos que esses vestígios representam a resistência de um povo que foi levado do seu local de origem de duas formas diferentes: primeiro sendo escravizados dentro do seu próprio território, e segundo transferidos para o outro lado do oceano. Sobre isso, o senhor Jozué Videira manifesta sua perspectiva, ao se referir sobre a mudança do local da sede, e do nome de Mazagão para Regeneração:

“então toda essa resistência, de não sair daqui, de uma história a não ser tirada novamente, há 100 anos para trás eles já tinham sido arrancado, algumas pessoas do seu próprio lugar de origem, né? Que eram os negros. Pra vim para o outro lugar, que eles nem sabiam para onde era. Então, 100 anos depois, estava acontecendo a mesma coisa, estavam transferindo essas pessoas daqui para fundar outro Mazagão. Mas eles foram mais ousados, eles se uniram para manter essa história viva, né?” (Jozué Videira, 2024).

Percebemos nessas entrevistas que os mazaganenses carregam em suas memórias as violências que seus antecedentes africanos passaram. Essa história de mais de dois séculos, apreciada pelas lutas passadas por seus antecedentes, é considerada como um patrimônio para a comunidade de Mazagão Velho. Seus interesses em apresentar para a sociedade os elementos que compõe a região consideram o reconhecimento de seus valores, suas culturas e crenças. Isso se evidencia quando todos os entrevistados consideram que as visitas de turistas que ocorrem na região das ruínas são importantes para a comunidade. Além disso, é importante destacar que esse passado é tão influente em suas vidas que, quando abordamos sobre os lugares que cada entrevistado considera importante, foram referenciados espaços onde ocorrem as festividades seculares de Mazagão Velho³³ (a Festa de São Tiago e a Festa do Divino Espírito Santo), os cemitérios, as margens do Rio Mazagão e as ruínas da igreja antiga.

³³ Nesse contexto se inclui a Igreja da Nossa Senhora de Assunção.

II - Os Remanescentes Humanos de Origem Arqueológica

De acordo com as informações contidas no relatório de escavação e nas conversas com os entrevistados, percebemos que a identificação de dezenas de corpos enterrados no interior da Igreja Antiga foi algo inesperado. Mesmo que os moradores tivessem tido o conhecimento da presença de sepulturas após escavações não autorizadas, constatamos que era impensável para eles essa quantidade de pessoas enterradas nas ruínas, como podemos ver nos relatos:

“[...] os sepultamentos ninguém imaginava que tinha aquela quantidade tão grande. Mais de 50 restos mortais ali. Eu acredito que ainda tenha mais, se fizerem o término dessa questão da escavação, que é isso que o Ministério Público está cobrando, tanto do Iphan como do prefeito. [...] Eu acredito que encontra muito mais. Por exemplo, o Pelourinho nada mais era um lugar onde, principalmente os negros, executavam, não é? E os senhores executava. Então, e segundo o próprio arqueólogo, no mapa tinha esse pelourinho. Que ficaria, por exemplo, ali, mais ou menos, ele imaginava que fosse ali pela aquela área do campo.” (Antônio Pinto, 2024).

O senhor Edivaldo Soares também informa o seu desconhecimento, quando perguntamos se estava ciente da existência dos sepultamentos no interior das ruínas: “Não, não sabia que tinha. Só depois que começaram a escavar lá que a gente foi descobrindo”. Antes de realizarem a escavação, os arqueólogos analisaram as plantas de Nova Mazagão realizadas por Sambucetti (Albuquerque e Lucena, 2006). No relatório, eles mencionam a possibilidade de o pelourinho ser próximo das ruínas: “A superposição da antiga planta da Vila ao terreno, indica que o local ocupado pela ruína da igreja corresponde a um dos lados de uma grande praça, no centro da qual teria existido o pelourinho” (Albuquerque e Lucena, p. 87, 2006). Porém, não foram realizados estudos nessa área que possa comprovar que de fato se trata dessa parte da vila antiga.

Acreditamos que boa parte dos enterramentos foram realizados no período em que Mazagão Velho era habitada pelos colonizadores vindouros de Marrocos, tal compreensão se reforça na fala do senhor José Brito, ao mencionar a insciência dos seus avós sobre os corpos enterrados:

“[...] acho que quando tinham sepultado aquelas pessoas, eles não tinham nem nascido. Mazagão Velho está com 200 e poucos anos, né? Eles não sabiam que estavam aqueles corpos ali sepultados.” (José Brito, 2024).

Certamente que as escavações provocaram novas indagações sobre o espaço das ruínas a partir da identificação dos sujeitos enterrados no interior da Igreja Antiga. Provocando novos debates dentro da comunidade, sobre aquele templo católico e a representação dele sobre o passado colonial de Mazagão Velho. Evidentemente, que as dúvidas sobre a identidade daquelas pessoas são as mais mencionadas pelos entrevistados, como quando o Sr. Jozué Videira indaga a possibilidade de seus antepassados estarem enterrados ali:

“Eu tenho uma grande curiosidade: será que não tem uma pessoa ligada à minha família lá? Será que não tem um antepassado meu, da minha família? Porque meu pai era negro, mas, a minha mãe era branca. Essa curiosidade eu tenho há tempo, por isso que eu faço esse apelo da resposta. Isso precisa ser feito com carinho para dar essa resposta, não só para nós.” (Jozué Videira, 2024).

Além disso, percebemos na fala de Jozué Videira que ele descarta a ideia de terem pessoas negras enterradas ali: “Eu digo para você, que negro não era que estava aí. Não era, isso aí eu contesto com qualquer um. Negro não era, porque naquela época o negro não tinha valor nenhum para eles”. Como mencionamos, nossos entrevistados são negros e católicos que participam ativamente das atividades da igreja católica da região, mas eles reconhecem que, no passado, eles eram diferenciados pela Igreja por sua cor e origem, ao ponto de não serem considerados dignos de terem um sepultamento em suas terras, como podemos ver também no relato de Dona Joaquina:

“Pois, eu sinto aquela coisa de querer saber se eram mais as autoridades maiores, ou se eram mesmo, os escravos mesmo. Eu acho que eram os maiores. Pra ser pra dentro da igreja, né? Pra ser, acho que eram aquelas pessoas mais importantes, pra ser enterrada lá dentro da igreja. Essa é a minha curiosidade, mas não tem quem diga assim como é, entendeu?” (Joaquina Jacarandá, 2024).

Percebemos em seus comentários também, que eles acreditam que as pessoas enterradas no interior da Igreja Antiga são representantes de um nível social elevado ou tinham um certo prestígio dentro da vila colonial de Nova Mazagão:

“A igreja, na época, ela dominava isso. Então, as pessoas que tinham o poder aquisitivo alto, elas eram ali, a igreja fazia de tudo por elas. Então eu acredito que para manter essas pessoas contribuindo, no que elas contribuíram, eles acabavam enterrando essas pessoas lá dentro, para manter a família sempre contribuindo com a igreja, né?” (Jozué Videira, 2024).

“Eu acredito que ali está uma elite muito grande da comunidade de Mazagão Velho, e pessoas que tinham poder na época, só não aquisitivo, mas no poder social, que era muito grande. [...] Uma das possibilidades também que surgiu na época, uma das teorias que surgiu na época, é que eles poderiam ter sido soldados, que lutaram na guerra da cabanagem. Porque os mazaganenses também tiveram presente nessa batalha. Então eles acham que poderiam ser alguns oficiais que lutaram na batalha da cabanagem. [...] e por outro lado, quando se percebe que também tinha crianças ali, se percebe, tem várias teorias. Um, é que na época não existia cemitérios. Outra, era aquelas pessoas que tinham poder aquisitivo grande, que tinha a condição econômica de comprar um pedacinho do céu. Mas aí, quando se fala em não ter cemitério, aí já se descarta pelo número que tinha de pessoas enterradas ali. E era uma faixa de 50 e poucas pessoas. Então já se descarta, porque já morreu muita gente, né? Principalmente na época de grandes epidemias, morreu muita gente. Então, já se descarta essa possibilidade de ser essas pessoas. Então é a imaginação, que a gente tenta fundamentar uma teoria, que realmente case com o que encontraram, né? Pelo que foi encontrado junto dos corpos, essa questão, acho que eu ainda agora eu falei, sobre aqueles tecidos, que ainda tinha aqueles pedaços de tecido, que é interessante isso. E esses botões que estavam lá. Eu acredito que aquilo ali deveria ser farda de oficiais. Ou seja, o cara era enterrado com toda a pampa, os símbolos da coroa portuguesa, por exemplo, a Cruz de Malta, foi achado umas quantas Cruz de Malta. Na verdade, só um teste de carbono 14, né? Pra saber, pra identificar a causa da morte desse povo aí que estava.” (Antônio Pinto, 2024).

No relato do senhor Antônio Pinto, percebemos que ele menciona que encontraram crianças entre as pessoas que foram enterradas no interior da igreja. Investigamos nos trabalhos produzidos pelos arqueólogos responsáveis pela escavação, e identificamos que não existem menções sobre as características etárias dos sepultamentos escavados (Albuquerque e Lucena, 2006; Albuquerque e Lucena, 2020; Albuquerque, et al. 2023). No entanto, durante a visita técnica no mausoléu a pedido do IPHAN, no ano de 2014, a arqueóloga especializada afirma em seu relatório a existência de ossos infantis armazenados nas urnas (Rapp Py-Daniel, 2014).

Percebemos nos relatos também, que além dos remanescentes humanos, foram identificados os outros elementos que se remetem a roupagem e acompanhamentos pessoais que foram enterrados com aqueles sujeitos. Esses acessórios também provocam

curiosidades sobre quem poderiam ser essas pessoas, por estarem com objetos que são considerados de valor dentro da sociedade da época, como relata seu Edivaldo Soares:

“É porque eu gostaria de aprender muita coisa ainda. Ainda mais, quando eles tiveram aí, a gente viu aqueles restos de roupa, né? Aquelas costuras, aqueles bótons antigos, né? Aquele, assim, que vinha no bolso do pessoal, aqueles botões que eles usavam na farda. Tudo que eles encontraram lá. E é isso que eu gostaria de saber.” (Edivaldo Soares, 2024).

De acordo com o Parecer Técnico 15 do IPHAN sobre o relatório final da pesquisa arqueológica coordenada por Marcos Albuquerque, a investigação não foi encerrada. Dentre as ações que solicitaram a execução, estão a análise e curadoria desses remanescentes humanos³⁴. Porém, não existem até o presente estudo que possa indicar as identidades desses indivíduos que estão no mausoléu. Ainda assim, os mazaganenses criaram afetos por essas pessoas que foram sepultadas no interior da igreja. Percebemos que, além dos vínculos que estão sendo construídos, ele têm criados suas próprias hipóteses sobre essas pessoas que foram enterradas ali, e que suas teorias são produzidas a partir de suas próprias experiências dentro da vida católica. Ademais, mesmo que a maioria dos entrevistados acreditem que não possuem uma ligação parental direta com eles, todos consideram esses sepultamentos importante para história da comunidade e acreditam que eles representam os primeiros moradores de Mazagão, como menciona Dona Joaquina: “Estão ali, aqueles corpos, que a gente ainda tem aquela coisa por eles, sabe? Nosso povo que vieram pra construir isso daqui pra nós”.

À vista disso, a preocupação quanto ao estado em que o mausoléu se encontra atualmente, local que condiciona os remanescentes humanos, são questões que preocupam a comunidade. Os receios com o futuro desses ossos são debatidos há tempos, pois, identificamos que em março de 2017, durante uma assembleia organizada pelo IPHAN, a comunidade de Mazagão Velho e representantes de outras instituições³⁵ se reuniram para debater questões sobre a repatriação do material que estão sob a guarda do Laboratório de Arqueologia da UFPE. Nesse encontro, os moradores destacaram suas insatisfações sobre a forma que o estudo arqueológico foi executado, e dentre essas contestações, os

³⁴ Processo nº: 01492.000072/2004-67, disponível no SEI/IPHAN.

³⁵ NuPARq/IEPA, Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP/UNIFAP) e o Museu de Arqueologia e Etnologia do Amapá (MAE).

mazaganenses falaram das suas preocupações com a deterioração que os sepultamentos estavam sofrendo dentro do mausoléu.

Em nossa visita ao espaço, acompanhada por Adervan Lacerda, percebemos que a área estava com goteiras no forro e manchas no chão devido ao acúmulo de água que caem das chuvas (Figura 15). Além disso, apesar das tentativas de proteção com telas e lona no espaço entre o telhado e as paredes, a presença de morcegos provoca risco ao ambiente (Figura 16).

Figura 15: Vista da parte interna do mausoléu, onde ficam acondicionados os remanescentes humanos, acima temos a visualização do forro e abaixo das manchas devido ao acúmulo de água no chão, 2024.



Fonte: Imagens da autora, 2024.

Figura 16: Vista de entrada do mausoléu, acima as telas e lona usadas evitar invasões de morcegos, 2024.



Fonte: Imagem da autora, 2024.

As urnas de vidro onde estão acondicionados os ossos, que foram escavados dentro da Igreja Antiga, evita o contato com sujeiras ou insetos. Por outro lado, elas provocam uma certa concentração de umidade, criando um microclima, para este material que é excepcionalmente delicado (Figura 17). De acordo com os autos do processo nº, as formas que foram acondicionadas as ossadas são questões levantadas pela comunidade e pelo IPHAN desde 2011. Além disso, podemos verificar nos relatórios das visitas técnicas que as condições que se encontram os remanescentes humanos requerem ações emergenciais de reparo (Rapp Py-Daniel, 2014; Gambim Jr., 2017; Stabile, et al. 2021).

Identificamos nas entrevistas que os remanescentes fazem parte da vida religiosa dos mazaganenses, visto que são usadas todos os anos pela comunidade na festividade que ocorre no dia 23 de janeiro, data que comemoram a instalação da via de Nova Mazagão. No entanto, suas condições podem provocar acidentes, pois são demasiadamente pesadas para o manuseio. Além disso, as junções dos vidros das urnas foram realizadas com um polímero, que descola com o tempo, soltando as placas e provocando a quebra (Figura 18).

Figura 17: Vista das urnas com os ossos humanos dentro do mausoléu, 2024.



Fonte: Imagem da autora, 2024.

Figura 18: Urna colapsada dentro do mausoléu.



Fonte: Stabile, et al. 2021.

Sobre a preservação do mausoléu e dos sepultamentos, os entrevistados alegam que esse espaço não está sendo devidamente cuidado pelas entidades competentes. Seus anseios são voltados principalmente sobre a possível perda dos remanescentes humanos

por conta do abandono do local, ou furto deles por conta da falta de segurança e a facilidade da entrada de pessoas externas. A vulnerabilidade do lugar é visível no seguinte relato do senhor José Brito:

“A pilantragem, a malandragem, tá no mundo todo. Então, eles tinham que tá num lugar mais seguro. Porque ali, onde eles (os remanescentes humanos) estão, já levaram uma urna, sumiu. Então, se tivesse num lugar mais adequado, mais seguro, isso não tinha acontecido” (José Brito, 2024)³⁶.

Quando perguntamos suas opiniões quanto aos cuidados dados sobre os remanescentes após as escavações, identificamos que parte deles concordaram com a forma que foram realizados os acondicionamentos dos ossos (dentro das urnas de vidro), como a Dona Joaquina menciona: “Eu sou a favor. A favor de tá ali, tudo ali, tudo guardadinho”. Porém, eles não acham que o mausoléu é um lugar adequado para deixar o material e gostariam que os cuidados com este material fossem contínuos, como podemos observar nos relatos de José Brito e de Antônio Pinto:

“Eu acho que sim. Foi correto. Porque nós não sabíamos daqui, né? Aí, com isso, a gente descobriu que tinha aqueles corpos lá, e agora todo mundo sabe. Porque se não tivesse acontecido isso, ninguém ia saber que tinha alguém embaixo daquela igreja, do piso lá. Foi, pra mim, eu achei que foi correto isso. Agora assim, eu acho que faltava um lugar adequado pra colocar aqueles restos mortais dentro. Um museu, bem-organizado, aquela coisa assim” (José Brito, 2024).

“No início, assim, ele foi preparado aquilo. Mas isso já está lá há um bom tempo. E lá tem a umidade. Além da quentura, tem a questão da umidade. Que isso tem que estar num lugar onde esteja climatizada. E a minha preocupação, não só minha, é de muitas pessoas, que ali está de forma irregular. Só há duas saídas para aquela questão de lá: uma é enterrar de volta e a outra é melhorar o ambiente lá onde está essas urnas funerárias” (Antônio Pinto, 2024).

Durante os pedidos da comunidade sobre a conclusão da pesquisa arqueológica em Mazagão Velho, eles citaram a possibilidade de enterrar os corpos novamente. Identificamos nos autos do processo que esses debates surgiram por conta do receio que os

³⁶ Não identificamos entre autos dos processos do sistema do IPHAN informações sobre o fato mencionado por José Brito quanto ao desaparecimento.

mazaganenses possuem em relação a deterioração dos ossos. No entanto, no relato de Dona Joaquina é mencionado que os moradores realizaram uma votação em uma reunião que ocorreu com os representantes do IPHAN: “[...] uma vez o pessoal fizeram aqui um questionamento que queriam pegar, enterrar tudinho aquela ossada lá. Aí a maioria não quis, quis que deixasse ficar lá no mausoléu mesmo”. Diante disso, percebemos que há também opiniões contrárias sobre o tratamento dado aos remanescentes humanos. Alguns discordam sobre a forma de acondicionamento e considerarem que as ações foram uma violação, como os senhores Edivaldo Soares e Jozué Videira relatam:

“É, deveria ter sido feita de uma outra forma, né? Um dia desses a gente tava falando, a gente foi trabalhar no cemitério lá, que a gente faz manutenção no cemitério lá, né? Aí, nós sentado lá, reunido, nós tava falando que aqueles ossos, que aqueles restos mortais lá, eles devem de tempo em tempo receber um negócio de um reparo, pra não destruir. Porque, a gente sabe que o com tempo, a coisa vai destruindo. Aí hoje, tem pessoas que trabalham com esse negócio, ter um cuidado pra aqueles ossos ficarem normal, né? (Edivaldo Soares, 2024).

“Olha, da maneira que eles estão ali, eu nem posso dizer que aquilo foi um cuidado. Aquilo foi mais um atentado contra o patrimônio histórico-cultural, religioso de um povo. Porque abandonado do jeito que aquilo está ali, correndo um risco muito sério de ser furtado. (...) E aquilo ficar abandonado do jeito que está, eu não posso dizer que aquilo tenha um cuidado. E eu tenho é medo, medo de que a **nossa história** acabe se perdendo, ainda há uma chance de provar pra essa sociedade os fatos concreto sobre essa comunidade. Ali é uma oportunidade única de se provar para a sociedade, para essa comunidade, os fatos concretos relacionados a essa história, a esse povoamento dessa comunidade. Do jeito que está ali, eu não posso dizer que aquilo tem o mínimo cuidado. É só eu entrar lá, que eu nem preciso falar muito e ver como é que tá. A facilidade que tem de você chegar lá sem ninguém abrir uma porta para você. Então eu não posso te dizer que aquilo tá lá sob cuidado. De quê? A não ser que os outros mortos lá do cemitério estejam cuidando daquilo. Mas o perigo é iminente ali, de novamente aquilo se perder sem ter resposta” (Jozué Videira, 2024).

No entanto, tendo em vista que os procedimentos de acondicionamentos foram realizados, eles julgam ser necessárias ações para manter o espaço protegido e as urnas com os ossos preservados. A preocupação com o futuro destes remanescentes humanos demonstra a relevância que eles têm para a comunidade, por esse motivo eles consideram

importante que sejam desenvolvidos pesquisas e trabalhos voltados para o estudo e proteção dos ossos humanos. O relatório produzido a partir da escavação aponta que as ações realizadas acerca desses materiais foram somente avaliações preliminares e os acondicionamentos nas urnas de vidro (Albuquerque e Lucena, 2006). Em uma publicação recente de Marcos Albuquerque (2023), sobre os conjuntos funerários escavados nas ruínas, identificamos que não houve análises novas como identificação de sexo biológico, idade de morte, possíveis marcas de estresse ou outros estudos sobre nenhum dos sepultamentos, nela existem somente observações realizadas em campo.

Diante dessa lacuna de estudos e informações sobre esses remanescentes humanos e a ausência de cuidado com espaço do mausoléu, nossos entrevistados manifestam uma inquietação por esses corpos terem sido retirados de suas sepulturas com os seus objetos de acompanhamentos. Todos consideram que são necessários projetos destinados à proteção e revitalização do ambiente, para manter preservados os conjuntos funerários e para tornar possível visitas ao local. O professor Antônio Pinto e o senhor Edivaldo Soares mencionam as suas expectativas em relação a estudos futuros realizados sobre o contexto:

“Ou é decidir de uma vez, né? Ou tratar com respeito esses restos mortais, dessas pessoas que estão ali, ou enterrá-las. Não pode ficar ali, da forma que está. Então, há essa preocupação, só não minha, como de toda a comunidade. De ser feito ou melhorar aquele espaço lá, climatizá-lo, né? Onde ele possa ficar ali, que dê a proteção para pessoas que vão lá visitar. Até porque, há essa possibilidade que, da gente não saber qual foi a causa da morte. Então é dessa forma como eu, não só eu, como outras pessoas da comunidade pensam.” (Antônio Pinto, 2024).

“[...] porque, hoje eles estão guardados lá dentro do cemitério, né? Nesse lugar que fizeram justamente pra guardar lá dentro eles, dentro das urnas, com a roupa que o pessoal foi encontrado. Então, é isso, eu espero que sempre eles consertem aquilo ali, um ambiente bom, né? Um ambiente que dê uma garantia numa quentura, botar até um processamento ali, um recreador pra aquilo não ficar tão naquela quentura lá, pra conservar mais os ossos.” (Edivaldo Soares, 2024).

O senhor Jozué Videira, considera que outros estudos sobre os remanescentes humanos iriam promover o respeito à história dos mazaganenses, e exige que a comunidade de Mazagão Velho tenha respostas sobre aquele contexto, assim ele relata:

“Eu acredito que aquilo precisa ter um tratamento especial, para essa comunidade. Eu posso ter ali um parente, sei lá o quê, como qualquer um poder. Então, aquilo é uma falta de respeito muito grande. Então, eu espero um dia que aquilo tenha um olhar dessas pessoas com respeito, com responsabilidade, com dignidade. Que tenha um lugar especial para aquilo. Mas aqui dentro, não lá fora daqui. [...] já que eles estão evidenciando ali, as ruínas, e por que não dão um tratamento especial para aquilo? Uma proteção que ela precisa, que um sítio precisa ter para não ser mais violado? O que está faltando? Então, porque as coisas vêm sendo feita irresponsavelmente, só isso. A gente precisa de ajuda [...] dessas pessoas que se interessam em fazer uma pesquisa relacionada a isso. A gente pede essa ajuda para essa pessoa, que ela consiga também com a pesquisa dela, chegar com essa pesquisa um pedido de socorro por aquilo. Um pedido de socorro, para cuidar daquilo, não é? E a gente precisa disso. Não só comunidade de Mazagão Velho. Eu, como morador daqui eu sinto falta de poder estar ali com as pessoas, com alunos, com qualquer pessoa, e está falando a realidade, o fato concreto daquilo. Mas enquanto eu não souber, eu não posso também está inventando as coisas de lá. Isso prejuízo para a cultura local da comunidade, não é? Então, essa resposta já tem que estar ali.” (Jozué Videira, 2024).

Diante disso, identificamos que a comunidade concorda que sejam desenvolvidos estudos sobre todo esse contexto arqueológico. Podemos perceber em nossas entrevistas interesses em comum dos moradores de Mazagão Velho sobre os remanescentes humanos dentro do mausoléu. Os documentos analisados apontam que existem muitas etapas a serem cumpridas para a conclusão do estudo iniciado, dentre eles estão os tratamentos adequados com os ossos escavados. Identificamos que existem propostas e disposição de parceria com outros laboratórios para retomar a pesquisa arqueológica, no entanto, o processo encontra-se paralisado desde 2022.

As reivindicações sobre o futuro dos remanescentes humanos demonstram que, desde que eles foram identificados, a comunidade se tornou protetora desses corpos, porque sem a proteção da comunidade, o espaço poderia estar em condições piores. Percebemos que a escavação foi realizada à revelia da comunidade, e que os moradores não pediram pela escavação arqueológica, mas desde suas descobertas eles se tornaram agentes ativos nesse processo, e o cuidado deles expressam suas preocupações com a história do seu povo.

III - Sobre a Relação da Comunidade com a Comunidade Científica

A atividade arqueológica na área das ruínas ocorreu no início dos anos 2000. Foi o único estudo arqueológico dentro de Mazagão Velho, cujo resultado se expressou na descoberta da estrutura edificada da antiga igreja e na identificação de dezenas de sepultamentos humanos entre outros objetos dentro do espaço da Igreja Antiga (Albuquerque e Lucena, 2006). Além disso, este foi o primeiro contato da comunidade com profissionais da arqueologia. Porém, nossas entrevistas evidenciam que parte da comunidade não cultivou uma boa relação e comunicação com os pesquisadores.

Algumas das nossas entrevistas relatam que a chegada da equipe de arqueólogos não havia sido informada para a comunidade, como menciona o senhor Jozué Videira: “quando eu vi, já tinha, já estavam escavando”. Ele também informa que os moradores se depararam com a proibição de entrada no local:

“[...] quando alguém botou uma fita ali, “só pode passar aqui quem trabalha”, estava acontecendo alguma coisa ali. Aí veio: “não, eles estão fazendo uma escavação, nas ruínas da igreja velha”. Poxa, e a comunidade? Ela devia ter o direito de acompanhar aquilo passo a passo. E ter, é, a autoridade de dizer: “não, isso é daqui, não pode levar”. Mas como eles sabiam disso, eles deixam a comunidade sempre de fora. Não é fazer por fazer aquilo. Não cara, não é assim, pera lá. Olha o atentado, olha o crime que foi cometido ali, que ainda precisa da resposta, ainda precisa de explicação, né? A comunidade ela tem que estar ciente e consciente, disso. Não é assim, está violando um direito que é nosso.” (Jozué Videira, 2024)

Os conflitos com parte da comunidade iniciaram desde a chegada da equipe de arqueólogos na área das ruínas. Diante disso, os moradores cogitaram expulsar os pesquisadores, como expõe o professor Antônio Pinto:

“[...] Por que não reuniu antes com a comunidade? E a comunidade, na verdade, ela estava se revoltando e ia expulsar os arqueólogos dali. Embora que, eles pegaram as pessoas daqui para trabalhar, mas a comunidade não ficou satisfeita, né? Não pela essa questão de importância dessas ruínas para a comunidade, mas sim pela forma que foi feito. Mas foi feita de forma aleatória, sem o mazaganense saber o que realmente era que estava acontecendo ali. Sabíamos

que ele estava escavando, agora em busca de quê? A gente não tinha a mínima noção do que realmente se tratava.” (Antônio Pinto, 2024).

No relatório de escavação produzido pela equipe, é mencionado que os moradores foram contatados para fornecer informações sobre as áreas que tinham vestígios da antiga vila colonial de Nova Mazagão (Albuquerque e Lucena, 2006). Os pesquisadores relatam que a comunidade teve uma participação dinâmica ao longo das etapas da pesquisa arqueológica: “Mas durante as prospecções e a escavação a população sempre se manteve acompanhando cada passo da pesquisa” (Albuquerque e Lucena, 2006, p. 125), indicando não haver nenhum limite nas relações estabelecidas entre os mazaganenses e os arqueólogos.

De todo modo, segundo os relatos por nós coletados, a atividade arqueológica provocou mais indagações do que explicações, da mesma forma que causou uma inquietação na comunidade sobre o modo com que os dados produzidos e parte dos materiais escavados foram levados: à revelia da comunidade. Em nossas entrevistas, prevalecem opiniões negativas sobre o impacto dessa pesquisa arqueológica, como podemos observar nos relatos de José Brito e Edivaldo Soares quando perguntamos dos benefícios que esse estudo promoveu:

“[...] tudo que eles pegaram aqui, levaram pra lá. Porque eu acho que se eles tivessem deixado esse material todo aqui, como tá lá os restos mortais, eu acho que o governo já tinha feito um museu aqui. Que a gente tinha mais como cobrar. Falam que levaram muita coisa daqui. Então eu acho que se esse material tivesse todo aqui, eu acho que ficava mais fácil pra eles fazerem um local pra colocar esses restos mortais, num lugar assim adequado.” (José Brito, 2024).

“O benefício que teve, porque, eles encontraram esses restos mortais, né? Mas eu acho que os mais beneficiados foi eles, né? O pessoal diz que eles se aproveitaram dos objetos encontrados aí dentro. Levaram, né? Justamente, vieram em janeiro, o Randolfe e outras autoridades pra falar sobre isso. Que eles tragam de volta tudo que eles levaram e acharam aí no trabalho que eles fizeram. Eu não sei como vai ficar, né? Se eles vão devolver, ou se vai existir alguma lei pra ele devolver.” (Edivaldo Soares, 2024).

No entanto, a pesquisa arqueológica em Mazagão Velho se sucedeu há quase duas décadas, e até o presente os dados gerados sobre o contexto arqueológico, não foram apresentados diretamente para os mazaganenses. A discussão em torno do repatriamento dos materiais que foram recolhidos é complexa, pelo fato de Mazagão Velho não ter um local estruturado para receber esses bens. Existem em outros contextos, negociações entre comunidades tradicionais e o IPHAN sobre a permanência do material arqueológico escavado, que podem servir como exemplo para os mazaganenses.

Diante dos relatos e ações dos mazaganenses aqui apresentados, compreendemos que essa insatisfação se refere às ações dos arqueólogos, perante suas condutas como afastamento e tomadas de decisões sem o consentimento deles, provocando um conflito nesse contato. Reconhecemos que no período que ocorreu a pesquisa, eram escassas as discussões no campo arqueológico sobre os estudos realizados em áreas coabitadas por comunidades tradicionais no país. O isolamento das áreas de escavação, e o contato limitado entre pesquisadores e moradores foi a abordagem comumente adotada em pesquisas de campo. Além disso, somente com a Instrução Normativa nº 1 do IPHAN de 2015 que foram estabelecidas a realização de programas de Educação Patrimonial em estudos arqueológicos com a comunidade envolvida, promovendo uma melhor interação entre ambas as partes (Hora e Porto, 2020). Ainda assim, é compreensível a insatisfação dos moradores de Mazagão Velho.

Porém, devemos considerar também as novas informações geradas para a comunidade por essa pesquisa arqueológica. Evidenciamos acima que nossos entrevistados consideram que as escavações e descobertas dos remanescentes humanos promoveram novas percepções sobre o contexto da ruína da Igreja Antiga.

Para eles, a identificação dos sepultamentos foi muito significativa, como relata o senhor Edivaldo Soares, quando perguntamos se o estudo realizado proporcionou alguma mudança na sua visão sobre a área das ruínas: “mudou da seguinte forma: porque eles encontraram aqueles cadáver lá, deram um sossego, porque eles não estão enterrado lá, não estão debaixo daquele chão lá”. Percebemos que eles sentem que as descobertas foram importantes para os indivíduos que estavam enterrados, tal discurso está presente também no relato do senhor José Brito:

“Mudou, porque, como a vovó falava, né? “Poxa, meu filho a gente rezou missas e missas em cima dos nossos parentes, dos corpos e ninguém sabia”. Hoje, eu tô

mais feliz na minha vida. Agora nós sabemos, que a gente tava se implorando, pedindo a Deus que eles alcançassem o paraíso eterno, sabe? [...] E hoje, a gente sabe que eles estão aqui, estão aqui não, tão no paraíso eterno. Pra mim, a vovó dizia: “é uma boa porque agora a gente reza por eles”. Saber que eles estão aqui.” (José Brito, 2024).

Na verdade, grande parte dos entrevistados anseiam pela continuação da pesquisa arqueológica na área das ruínas da Igreja Antiga, como informa o professor Antônio Pinto: “acredito, por exemplo, quando terminar esse processo de escavação das ruínas da igreja, terminar que eu digo total. Nós vamos descobrir coisas, talvez, que nossos antepassados fizeram lá atrás, no começo da vinda deles para cá, para habitar Mazagão”. Eles continuam interessados por futuros estudos em outros espaços que podem apresentar vestígios dessa primeira ocupação, e consentem com a realização de novas investigações e explorações na região, como podemos ver na fala de Edivaldo Soares:

“Eu acho que ainda deveria fazer pesquisa, porque eles dizem que ainda tem coisa pra pesquisar lá dentro. Aí, eles dizem que dentro do campo lá, eles encontraram não sei o que, uma saída que ia da igreja velha pra lá. Eles deviam pesquisar, pra ver tem alguma coisa. Se tem alguma coisa que dá algum caminho, já que ia pra lá, naquela época, né? E aí eles deviam pesquisar sim, porque é até bom a gente saber pra ver, né?” (Edivaldo Soares, 2024)

Entretanto, permanece um receio quanto a maneira que podem ser realizadas essas futuras pesquisas, existe uma preocupação da comunidade sobre o destino dos dados que forem produzidos por esses estudos:

“Eu espero assim, que tudo e qualquer empresa que for lhe colocado a essa responsabilidade, essas pessoas precisam saber se essa empresa está à altura disso. Para que traga essas respostas para a gente. E quem se unir a eles também possa ter essa visão. Do que eles também precisam dessa resposta. Eu vou dizer o que de uma pesquisa se não deixaram nada? Escrito nada? O que que eu posso dizer? Então não posso elogiá-la, eu vou elogiar: “Ah, cara, deixaram aqui, olha aqui, olha aqui”. Sessão de fotos desde o começo da pesquisa, até a conclusão, do que encontravam, cada coisinha. Aí eu posso elogiar.” (Jozué Videira, 2024).

Da mesma forma, existem solicitações da comunidade pelo retorno dos dados de pesquisas de outras áreas de estudos produzidas sobre Mazagão Velho. Ou seja, os descontentamentos não são exclusivos para o trabalho dos arqueólogos. Reparamos que existe, no ambiente acadêmico científico, uma desconsideração por essas pessoas que são consideradas apenas objetos que auxiliam os pesquisadores alcançarem seus objetivos. Tal situação não é universal, cada experiência e pesquisador possuem suas particularidades, conforme relata o senhor Edivaldo Soares:

“[...] quando eu tava ainda ajudando um trabalho com o professor lá de Macapá, o professor [...], ele veio justamente, ele perguntou o meu trabalho todinho, né? Quando foi pra ele fazer o livro do meu trabalho lá em Goiânia, ele veio, aí ele pediu minha permissão, né? Ele pediu minha autorização, pra que ele pudesse levar esse trabalho. Aí saiu o primeiro livro do trabalho, né? Aí ele conseguiu fazer essa pesquisa, passou na faculdade dele que ele tava estudando. Eu agradei muito pelo trabalho, né? Pela forma que ele veio aqui comigo, sempre vem aí, conversa comigo. Então é isso, todo pesquisador aí que vem, quem tá aí estudando, é bom vim aqui com nós, isso ajuda muito o teu estudo, a tua faculdade, o teu desenvolvimento que tá trabalhando.” (Edivaldo Soares, 2024).

No entanto, nossos outros entrevistados alegam que o não retorno das pesquisas é algo recorrente para a comunidade de Mazagão Velho, e essas ações dos pesquisadores resultam na desconfiança e desinteresse dos moradores da região em contribuir e participar de outros estudos. Os mazaganenses requerem a garantia de que os dados que forem produzidos sejam restituídos, como podemos constatar nos seguintes relatos:

“Se não tiver retorno, não adianta. E, às vezes é muito simples, o que a comunidade quer. Depois quando a comunidade fecha as portas, pensa: “ah porque é ruim pesquisar em Mazagão Velho porque ninguém quer falar sobre o tema”. É porque as pessoas vão se cansando de falar sobre certos temas, de receber as pessoas, e as pessoas não trazem nada, nem o rascunho do que elas fazem, elas trazem. E por que é que eu me preocupo com isso? Porque esse material era para estar dentro das escolas. Incentivando essa próxima gerações assim, a ser um arqueólogo, a trabalhar nesse ramo [...] se cada pessoa que veio aqui buscar o conhecimento daqui, eu vejo que até as próprias universidades vai, se fecha com esse material, e não passa uma cópia para dentro da comunidade. São poucos, foi muito pouco. Aliás, é quase nada. O único que teve aqui e deixou um trabalho foi o Carlitão [...] deixou um trabalho muito grande com

relação à comunidade de Mazagão Velho. [...] Dentro da própria comunidade tem esse material. Então, aí já é o retorno, não é só vim pegar. É retorno, a gente precisa disso.” (Antônio Pinto, 2024).

“[...] assim, se você faz uma pesquisa relacionada dentro de uma comunidade, você tem a obrigação de trazer esse seu trabalho de volta para dentro da comunidade. [...] Então, é dessa forma que eu vejo. Se tu não divide isso, tu fica só pra ti, vai dar em nada também. [...] Vai ficar só o teu trabalho, não vai ficar o nosso trabalho. [...] Então, toda vez que eu saio para uma escola, para uma faculdade, para ir palestrar alguma coisa, eu não vou o Jozué, vai em nome da comunidade. Eu vou em defesa dela. Eu não estou falando de mim, eu estou falando de nós. [...]. E eu me preocupo muito com essa questão social da comunidade. Aqui, se você andar, nós estamos indo para três mil pessoas. Não tem uma água tratada, mas todo mundo tem o seu poço na sua casa. Um perigo. Isso é saúde. “ah, o progresso chegou”. O progresso é saúde, educação, são essas coisas. Se tu olhar, tu não tem uma água tratada. Se tu não tiver o dinheiro para comprar uma água mineral ali, tu vive todo dia com dor de barriga. Porque já está tudo condenado, porque não tem nem esgoto aqui. E eu não quero, eu Jozué, não quero que nada se sobreponha a essas necessidades básicas nossas. Não quero que nada se transforme sem antes, olhar para nós. Se eu não tenho para nós, como é que eu vou ter para vocês? [...] Se nem pra nós, nós temos. Então eu quero esse olhar primeiro para nós. Aí sim, me chama para ser parceiro, para fazer as outras coisas. Porque aí eu já sei que nós já temos para oferecer para quem vier. [...] Então supra essas necessidades básicas nossa, que aí tu tem parceiro para conduzir as coisas daí para frente, porque aí eu tenho. Eu vou contente, feliz.” (Jozué Videira, 2024).

As dificuldades voltadas para saúde, segurança e saneamento básico na região, foram questionadas por metade dos nossos entrevistados. Eles acreditam que pesquisas sobre a cultura e história de Mazagão Velho são muito importantes para a comunidade local, acadêmica e governamental. Porém, consideram que existem temáticas mais urgentes a serem exploradas, que garantam uma qualidade de vida melhor para os mazaganenses, e conseqüentemente, para os seus visitantes. Sobre isso, o senhor José Brito diz: “eles fazem muita pesquisa aqui, mas a primeira coisa que eles deviam ajudar a gente era na água tratada que não temos aqui. O cara vem com essas pesquisas, “oh, tá faltando isso, tá faltando aquilo”. Segurança nós não temos aqui, e é isso.”.

Constatamos que a comunidade mazaganense valoriza suas características culturais, sociais e religiosas. Eles entendem a relevância de suas interações para a comunidade científica e se interessam por ser uma forma de divulgar sua história e cultura. Suas reivindicações e exigências são incontestáveis em relação a conduta da maioria dos pesquisadores que estudam a região. No entanto, infelizmente, esse cenário não é exclusivo para Mazagão Velho, naturalmente nos deparamos com diversas comunidades tradicionais que sofrem com questões semelhantes. Cabe a nós, pesquisadores, refletir sobre procedimentos e ações direcionadas para esse retorno dos resultados obtidos nas pesquisas.

IV - E o poder público?

É importante ressaltar o papel do poder público neste projeto arqueológico que ocorreu em Mazagão Velho. Por ser uma iniciativa organizada pelo Governo do Estado da época, entendemos que sua função seria de intermediação entre a comunidade local e os pesquisadores. No entanto, em nossas entrevistas identificamos um contraste nessas ações, onde o governo é abordado como omissor ao longo das atividades arqueológicas que ocorreram na região. Porém, dois relatos afirmam que houve uma reunião com os mazaganenses para notificá-los sobre o trabalho da equipe de arqueólogos antes de sua chegada, como descreve o senhor Edivaldo Soares: “A comunidade, antes de fazerem a escavação, toda a comunidade foi consultada. Foi avisado que iam fazer uma escavação assim.”.

O outro relato que afirma isso é do senhor José Brito:

“[...] Antes deles chegarem, o governo fez uma reunião aqui. Aí, eles falaram que eles iam pesquisar lá. Aí, assim todos nós soubemos. E eles falaram que muita gente daqui ia trabalhar com eles lá.” (José Brito, 2024).

Os demais entrevistados relatam que não recordam de notificações do governo sobre esse projeto arqueológico que ocorreu na região. De acordo com Seu Zé, as entidades governamentais apenas enviaram os pesquisadores sem se fazerem presentes: “É porque eles vieram com ordem de lá, com ordem do governo, prefeito”. Eles mencionam que se surpreenderam com a presença dos arqueólogos iniciando as atividades na área das ruínas,

como diz Dona Joaquina: “Foi uma surpresa pra todo mundo”. Tal conduta provocou questionamentos da comunidade:

“[...] Então a gente demorou um pouco para saber realmente qual era o propósito desse projeto, qual era o propósito? Qual era a intenção? O que é que eles queriam com essas escavações? Então, demorou demais. Assim, o poder público na época, ele foi muito invasivo com a comunidade. Ele não sentou primeiro com a comunidade. Ou seja, quando esse pessoal chegaram aí, ele já estava com uma casa grande alugada aqui dentro da comunidade. Ele já estava com todo o pessoal. Eles vieram assim. Isso surpreendeu muito a gente aqui da comunidade. E o que é mais interessante que isso aí foi causando umas indagações assim, até que certa vez, a comunidade, como eu falei, a comunidade ia realmente botar de para eles correr daí. Foi que eles reuniram para a comunidade que eles foram falar sobre esse projeto.” (Antônio Pinto, 2024).

Também relatam que a construção do mausoléu não foi uma decisão do governo, mas dos arqueólogos, tendo um consentimento entre ambas as partes. Porém, sem envolver e comunicar os moradores de Mazagão Velho novamente, como informa o professor Antônio Pinto: “[...] foi dos próprios arqueólogos, que mandaram construir, de acordo com o que eles imaginavam que fosse a igreja e justamente para guardar essas urnas funerária”. Além disso, de acordo com os relatos, a cerimônia organizada para realizar o traslado dos sepultamentos dentro das urnas para o mausoléu foi outro contexto de exclusão da comunidade, tal fato consta no relatório de escavação:

“O Laboratório de Arqueologia da UFPE, em parceria com o Governo do Estado do Amapá, a Representação do Iphan no Amapá e o 34º Batalhão de Infantaria de Selva, promoveu uma cerimônia de traslado dos restos mortais resgatados durante as escavações arqueológicas, para um mausoléu construído diretamente para este fim, no cemitério local.” (Albuquerque e Lucena, p. 36, 2006).

Assim, o próprio texto de pesquisa descreve as entidades que responsáveis pela cerimônia sem mencionar representantes da comunidade. Os entrevistados relatam que participaram do evento sem ter informações detalhadas sobre os resultados que a pesquisa alcançou, como podemos ver no relato de Jozué Videira, quando perguntamos se os mazaganenses foram envolvidos nesta celebração:

“Da festa ela foi, que aí já estava tudo feito. Não podia, não tinha mais o que fazer. Já estava muito longe. Lá em Pernambuco, sei lá por onde, já estava longe. Então bora lá, ao menos fazer a festa, para os ossos que ninguém sabe de quem é. Sabe que tu festeja uma coisa que tu não sabe nem o que é? Eu vi assim, eu vejo assim: onde é que tu vai festejar uma coisa que tu não tem a resposta disso? Não sabe o que é? Eu vou tá com isso aqui, eu posso pegar lá, eu posso pegar uma urna lá, na mão. Aí eu: “de quem é isso? Por que que ele estava ali? Qual a idade desse cidadão?”. Sabe, chamando nós de palhaço.” (Jozué Videira, 2024).

É evidente que o governo se fez ausente em diversas etapas desse projeto desenvolvido por ele. E mesmo quando presente, não exerceu o papel de assistência para atender os interesses dos moradores de Mazagão Velho. Segundo Dona Joaquina, incluíram pessoas locais para participar das escavações somente após as desavenças com a comunidade: “Esse não sei o que Albuquerque, chamou o pessoal pra trabalhar lá. O pessoal quiseram e foi trabalhar lá”. Ainda assim, não houve nenhum momento de diálogo com os mazaganenses para esclarecer quais ações seriam feitas nos materiais retirados após as escavações.

Diante disso, a comunidade se viu a parte daquelas ações dentro da área das ruínas, ambiente esse que antes era zelado e frequentado por eles. Apesar de permanecerem preocupados e ainda protegerem esse espaço, identificamos que essa atividade criou uma barreira entre os nossos entrevistados e a Igreja Antiga, como diz Dona Joaquina: “[...] eu pelo menos me afastei de lá. Não me sinto à vontade lá, sabe? Vou lá, se alguém vai lá e me convida pra ir lá. Mas eu não tenho aquele”. Além disto, de acordo com os relatos, os mazaganenses tinham o interesse, desde aquele período das escavações, que os materiais permanecessem na região, como informa José Brito: “Era pra tudo que eles encontrarem lá, ficar aqui, era essa a intenção”. No entanto, entendemos que os moradores de Mazagão Velho não tiveram nenhum interesse atendido sobre esse projeto, assim diz o senhor Jozué Videira: “[...] quando atende o interesse é quando a comunidade é informada exclusivamente de cada vírgula que este projeto possui. [...] se esse projeto ele não foi apresentado, como ele ia funcionar para a comunidade?”.

De acordo com as informações disponíveis no sistema de informações de IPHAN, desde abril de 2011 o órgão tem tentado articular a repatriação dos bens arqueológicos para o Estado do Amapá. Nesse período, solicitavam o encaminhamento de um relatório

conclusivo das atividades da equipe coordenada por Marcos Albuquerque, a fim de obter informações sobre os materiais recolhidos. A solicitação sugere que a guarda do material seja cedida para serem acondicionados na reserva técnica do Núcleo do Pesquisas Arqueológicas do IEPA, visto que ainda não tem um espaço adequado para receber dentro do distrito de Mazagão Velho.

Ademais, buscamos nos informar se os mazaganenses acham que o governo conseguiu alcançar o propósito do projeto, e desenvolver o turismo arqueológico na área das ruínas. Identificamos que a maioria dos entrevistados não consideram que o trabalho realizado cumpriu com o objetivo. Relataram que a falta dos dados obtidos nas escavações e o abandono daquele espaço pelas entidades governamentais dificultou a interação dos visitantes com esse contexto:

“Olha, eles pensaram, mas não fizeram isso. O interesse das pessoas foi muito grande, porque a perspectiva das pessoas era quando, a partir do momento que eles saíssem dali, as pessoas pudessem ir ali, dar uma viagem no tempo. Mas quando eu chego só estava destruído, e o resto? Estava violado de novo. E o resto da minha resposta, cadê? Cadê a resposta que é o fundamental, que é o principal, que é o interessante. São as respostas, uma história, falada, narrada pela comunidade. Ali esperando as pessoas, que pudessem ouvir uma caixa tocar, um tambor tocar, e todo qualquer manifestação cultural que tivesse ali naquele espaço, para recepcionar as pessoas ali, para que ela já entrasse ali: “O que é isso que eu estou vendo aqui?”. Esse é o sonho da comunidade, esse é o nosso sonho. Isso é respeito, né? Isso é respeito com as coisas de um povo. Fazer a coisa certa. Mas com o olhar do povo, que vive aqui.” (Jozué Videira, 2024).

O senhor Jozué Videira acredita que se a comunidade for envolvida de forma ativa, onde ela possa orientar na realização das ações em localidades que possuem um potencial turístico na região, o desenvolvimento turístico pode dar certo:

“[...] se eles tivessem a sensibilidade de ter essa visão de transformar aquilo no maior foco histórico dessa comunidade. Se eles tivessem a sensibilidade e a inteligência, que eu posso dizer, assim mesmo, né? De ter ouvido a comunidade, de ter ouvido um pouco a ideia da comunidade, de como aquilo poderia ser feito, como se poderia se transformar aquilo, num potencial turístico dessa comunidade, talvez não tivesse nessa situação que está hoje.”

Mencionam também que outro obstáculo nessa relação é a falta de uma pessoa especializada, que fosse responsável pela recepção e cuidado diário, como podemos ver na fala de Dona Joaquina:

“Eu acho que faltou muita coisa para fazer. Porque, olha, por exemplo, ali era para ter uma pessoa, eles pagar uma pessoa, pra poder ficar ali todo o tempo pra estar mantendo ali tudo ajeitadinho. Se uma pessoa chegasse e a pessoa ia lá. Quando o professor Adervam não tá, ninguém vai lá. Quando ele não está, eu pelo menos, um dia desses veio umas professoras: “ah, queria ir lá nas ruínas”. Eu digo: “ah mana, não tem ninguém pra explicar pra vocês não, eu tô por fora”.” (Joaquina Jacarandá, 2024).

Como mencionamos anteriormente, o senhor Adervam Lacerda atualmente está responsável pelo cuidado do espaço do mausoléu e das ruínas. Contudo, o local permanece sem a presença diária de uma pessoa designada para recepcionar visitantes. Por esse motivo, os moradores se propõem a receber turistas e guiar em suas visitas, como o senhor Jozué Videira e o professor Antônio Pinto. Ambos ressaltam o abandono dos espaços e acreditam que a permanência de um profissional promoveria uma melhor interação com o contexto arqueológico, como podemos ver na fala de Antônio Pinto:

“[...] ficou abandonado, ficou sem uma pessoa preparada para trabalhar. Essa questão aí dentro, principalmente, que a preocupação maior é com a limpeza desse ambiente, que não pode ser feito por qualquer pessoa. Tem que ser, aliás, tem que ser acompanhado por um técnico, para não danificar o espaço, não é? E pela fragilidade, que ele já tem durante muito tempo. Esse espaço, é necessário ter esse cuidado com ele. Então, praticamente depois que fizeram essa primeira parte, esse projeto, ele estagnou. Ele traz pessoas que realmente vão lá visitar. A única coisa que fizeram de melhor é aquela passarela ali, mas só. Não tem uma pessoa ali que “olha fulano você vai ficar responsável pela igreja lá, pela ruína da igreja. Tu vai estudar, tu vai pesquisar sobre a ruína para quando as pessoas forem lá, elas têm uma noção do que era essa igreja. Você tem que falar para ela do que era a igreja”.” (Antônio Pinto, 2024).

Evidentemente que a ausência das entidades governamentais permaneceu mesmo após a finalização das escavações e cancelamento do Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Arqueológico. Diante disso, nos interessamos também em saber como tem sido

as relações das atuais gestões com esse contexto arqueológico, na perspectiva da comunidade de Mazagão Velho. Observamos que os comentários positivos sobre a atuação da prefeitura foram superiores aos negativos, os relatos alegam que o a área das ruínas está recebendo cuidados continuamente, como diz o senhor José Brito: “[...] eles deram uma melhorada lá, fizeram o calçadão e falam que vai melhorar cada vez mais. [...] o subprefeito faz com que as pessoas cuidem lá, pela prefeitura mesmo.”.

De fato, durante nossa visita ao local notamos que a área das ruínas se encontrava com o terreno capinado, sem a presença de lixos e com uma calçada de cimento ao redor dos remanescentes da edificação da igreja (Figura 19)³⁷. Ao que tudo indica, os cuidados com o espaço iniciaram na atual gestão, após a definição de um responsável pelo sítio arqueológico, como informa Dona Joaquina: “Agora que botaram o professor Adervam, aí ele fala com o subprefeito que ele manda limpar lá.”. O senhor Edivaldo relata que além das manutenções realizadas pela prefeitura, existe um projeto para construir uma cerca na região:

“A questão de manutenção assim, de limpeza, todo o trabalho que eles têm com aquele lugar né. [...] Justamente agora, eles estão fazendo um projeto, pra consertar aquela área, fazer tipo uma mureta de alvenaria, cercando tudinho a área. Deixar a entrada lá, pra visita, mas vão cercar aquela área todinha, eles estão fazendo esse projeto.”.

³⁷ A calçada substituiu a ponte de madeira feita em 2005 após as escavações da equipe de arqueólogos da Universidade Federal de Pernambuco.

Figura 19: Vista da área das ruínas da Igreja Antiga, 2024.



Fonte: Imagem da autora.

No entanto, as menções foram positivas somente para o governo municipal, enquanto o governo estadual permanece sendo considerado ausente, como relata o senhor Jozué Videira:

“Eu te garanto que nenhuma preocupação, porque se eu vejo dizer que veio tanto para fazer aquilo lá, e nunca fazem. Está sempre abandonado. Então não existe nenhuma preocupação, de nenhum lado ali. Eles fazem aquele H todo, pela festa toda, e na hora não tem o principal, que é a proteção daquele espaço. Daquilo que tem ali. Era para estar bem protegido aquilo, muito bem protegido. Porque aquilo pode, sim, ser levado dali sem ninguém nem ver, que tá ali sozinho.”

Como relatamos acima, a própria comunidade tem se preocupado com a preservação das ruínas e do mausoléu, sendo os principais guardiões desses espaços. Nossos entrevistados mencionam quais são as intenções de cuidados dos moradores por esses contextos, como diz o senhor Edivaldo Soares: “Eles queriam dar uma reformada

naquilo lá, né? Mas aí, parece que o governo disse não, parece que era pra deixar como tava, então foi que eles não mexeram”. No entanto, informam que existe uma dificuldade de articulação entre seus interesses com as entidades governamentais e o IPHAN, assim fala Dona Joaquina: “Não dão vez pra gente, é só a opinião deles”. O senhor Jozué Videira relata também que os mazaganenses não são incluídos, e alega que estão perdendo o interesse em solicitar ações dos órgãos responsáveis:

“O Iphan diz que a propriedade é dele, e a gente não pode tentar nada ali, né? Sem a tal da licença, sem o conhecimento deles, que eles quase não vêm aqui também. Ai tu não pode mais tentar nada lá, que senão tu vai preso. Não pode tentar ir lá cortar, “está se perdendo em mato aqui já”. Não. [...] Aí tu já não pode arrancar um mato lá, se não tu vai para a cadeia. Porque tu está violando lá o espaço. Mas abandonado, como tá, tu quer o que dali? Então a comunidade, ela vai perdendo esse interesse, porque ela é obstruída disso, ela é tirada de tempo disso.” (Jozué Videira, 2024).

Assim, no que diz respeito a proteção e gestão do patrimônio arqueológico, há dois agentes principais envolvidos: a própria comunidade e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os pesquisadores responsáveis pela escavação também estão diretamente envolvidos com a proteção dos bens arqueológicos, no entanto, ao consultar a comunidade e a base do SEI-IPHAN³⁸, nos parece que os dois primeiros estiveram mais presentes ou atuantes nesse processo. Na base de informações e documentos do órgão, por exemplo, há diferentes solicitações da Superintendência do Amapá para que diferentes pesquisadores avaliem as condições de preservação dos sepultamentos do próprio mausoléu, além da continuidade das pesquisas no local.

Em relatório submetido ao órgão em agosto de 2014 a arqueóloga Anne Rapp Py-Daniel – convidada pelo IPHAN a realizar diagnóstico sobre as condições de preservação dos remanescentes humanos do mausoléu – indicou:

“Acredito que uma consulta deva ser realizada junto à comunidade, para entender seus anseios em relação a esse material. Além disso, seria importante conhecer as histórias sobre o local, sobre a interação da comunidade com as ruínas /ossadas e sobre a própria população. Envolver a comunidade em um projeto onde os mesmos possam se expressar sobre os eventos que aconteceram

³⁸ A documentação relacionada aos bens arqueológicos conhecidos

na região e como eles se veem dentro desse processo poderia ser benéfico para a preservação do patrimônio arqueológico” (Rapp Py-Daniel, 2014)

Identificamos que em 2014, ainda sem respostas dos pesquisadores responsáveis pela pesquisa de 2005, o IPHAN reiterou os pedidos de entrega do relatório final de escavação, a fim de seguir com o andamento das pesquisas arqueológicas em Mazagão Velho. Nessa nota técnica (SEI-IPHAN nº 11/2014, vol. 1 parte 3, fls. 143-144), é mencionada que o futuro das ossadas seria discutido em conjunto com a comunidade, respeitando os significados e a sensibilidade que eles possuem para os moradores.

Em 2017 ocorreu uma assembleia com a comunidade de Mazagão Velho, com representantes do IPHAN e de outras instituições³⁹. Nessa reunião diversos moradores participaram das discussões sobre a repatriação do material que estão sob a guarda do Laboratório de Arqueologia da UFPE e destacaram suas insatisfações sobre a forma que o estudo arqueológico foi feito. Dentre essas contestações, os mazaganenses falaram das suas preocupações com a deterioração que os sepultamentos estavam sofrendo dentro do mausoléu.

Fica evidente o complexo cenário que envolve diferentes agentes do poder público, pesquisadores e a comunidade. Considerando que a pesquisa de escavação ocorreu em 2005, é compreensível o descontentamento da comunidade com a demora para a tomada de ações e decisões em relação ao seu patrimônio cultural.

4.3- Da tenacidade do passado: o potencial arqueológico em Mazagão Velho

Podemos concluir que o contexto arqueológico de Mazagão Velho pode ser caracterizado como um contexto complexo, pois ali estão sobrepostas diferentes camadas: (a) um processo histórico muito particular, dado o contexto de fundação da vila e as transformações pelas quais ela passou ao longo de dois séculos; (b) a permanência de remanescentes arqueológicas do período colonial que, como verificamos ao longo da pesquisa, estão intimamente relacionados ao cotidiano dos moradores (c) uma realidade social presente muito rica, marcada por um modo de vida típico de uma comunidade rural

³⁹ Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do IEPA (NUPArq/IEPA), Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP/UNIFAP) e Museu de Arqueologia e Etnologia do Amapá (MAE).

amapaense, mas também por uma religiosidade cristã e (d) um espaço político, de discussão e disputa a respeito do patrimônio histórico e arqueológico da vila. Ao observar conjuntamente essas diferentes camadas podemos visualizar um cenário complexo e com grande potencial científico para discutir a relação que indivíduos e comunidades podem estabelecer com a cultura material. No entanto, no que diz respeito a arqueologia, abordagens limitadas ou insuficientes sobre o contexto acabam não explorando profundamente essa potencialidade.

Reexaminando o cenário social de Mazagão Velho, percebemos que nela o presente se construiu através de uma relação histórica entre pessoas e os diferentes espaços da vila. Isso porque ela integra uma comunidade tradicional negra do Amapá, que conduz, anualmente, diferentes celebrações religiosas. Dentre as manifestações culturais centenárias, destacam-se o Marabaixo como um dos elementos principais da sua identidade – de acordo com as histórias orais, ele se originou na região durante o período colonial. É neste cenário social que o passado da vila persiste. O contexto histórico está presente, por exemplo, na religiosidade (que integra elementos católicos e afrodescendentes), na descendência de negros ex-escravizados (podemos perceber nas declarações das entrevistas) e se apresentam também nos vestígios da vila pombalina.

O potencial científico da região, talvez, se apresente, em primeiro lugar, através das ruínas da antiga igreja e dos remanescentes humanos ora sepultados no mausoléu, evidenciado. Ou seja: o sítio arqueológico, a escavação na igreja da vila antiga, aquilo que é comumente associado a pesquisa nessa disciplina. Realmente, essa investigação proporcionou a identificação de diferentes vestígios (moedas, medalhas, restos de louças, botões etc.). Inclusive, a maioria dos materiais recuperados durante a escavação não se encontram na região, apesar dos pedidos dos mazaganenses pela devolução desses bens. Além disso, a atividade revelou a presença de diversos sepultamentos no interior das ruínas. Esses remanescentes humanos tiveram um tratamento prévio e uma forma de acondicionamento que foi definido pelos pesquisadores e pelo poder público, sem a participação da comunidade e de acordo com os dados do sistema eletrônico de informação, não teve envolvimento do IPHAN nessa ação⁴⁰. Atualmente, eles ainda se encontram dentro de urnas de vidro, no mausoléu construído dentro do cemitério atual de Mazagão Velho.

⁴⁰ De acordo com o processo nº 01492.0000722004-67 do SEI/IPHAN.

É importante mencionar também que a região de Mazagão apresenta uma quantidade significativa de sítios pré-coloniais (Lima Guedes, 1896; Meggers & Evans, 1957; Guapindaia, 2001). Alguns são bem conhecidos pela comunidade científica, como as necrópoles Maracá presentes na região do Igarapé do Lago, um contexto funerário formado por abrigos e grutas com urnas funerárias antropomorfas e zoomorfas⁴¹ (Guapindaia, 2001; Mendonça de Souza, et al., 2001). Até o momento, não houve pesquisas arqueológicas no entorno da Vila de Mazagão Velho, porém, tendo em vista a profusão de sítios indígenas em pontos de acesso ao interior da terra firme, como os rios Anauerapucu, Matapi e Vila Nova, é possível supor que as imediações da vila podem apresentar novos contextos arqueológicos.

A comunidade de Mazagão Velho e as suas interações com esses diferentes cenários mostram tanto a complexidade da região quanto as potencialidades arqueológicas, podendo ser um exemplo para examinar as dinâmicas entre sociedades contemporâneas e contextos arqueológicos, que dividem o mesmo ambiente. Sobretudo, ao entendermos que estudar as práticas mortuárias nos permite identificar uma parte das crenças de cada grupo, e se refletirmos que, além de um espaço de devoção católica, a área era também dedicada a deposição de pessoas que morreram na vila colonial, percebemos então, que esse contexto pode proporcionar a identificação de formas distintas de relações da sociedade. Isto é, no passado esse grupo católico enterrava seus mortos no interior e em volta de sua igreja, no entanto, atualmente a finalidade desse espaço possui outro significado para os mazaganenses. Neste momento, iremos refletir sobre o papel que as ruínas, os sepultamentos e as histórias orais desempenham dentro da comunidade.

Sylvia Desjak (2017) ao estudar como diferentes comunidades estabeleceram suas relações sociais por meio da interação com monumentos arqueológicos, identificou que locais com sepultamentos podem ser usados de diferentes formas por grupos distintos. Em sua pesquisa na Albânia, a arqueóloga examinou, por meio de estudos arqueológicos e com o auxílio de histórias orais, como paisagens referentes a antigos sepultamentos podiam influenciar as interações humanas tanto do passado quanto do presente na região estudada. Assim, Desjak (2017) observou que uma igreja medieval tem sido usada, ao longo das dinâmicas migratórias, por populações que seguem diferentes sistemas de crenças, como mulçumanos, católicos e ortodoxos orientais. A relação mais recente entre esse espaço e

⁴¹ Urnas antropomorfas possuem características humanas e zoomorfas características de animais.

populações tem se dado por uma comunidade católica, que a partir das suas práticas culturais tem proporcionado novas identidades religiosas para esse espaço e outros locais como as casas deixadas pelos moradores antigos (Desjak, 2017). Além disso, a pesquisadora menciona que as áreas construídas por esses migrantes atuais, designadas para depositar seus jazigos, tem provocado contrastes em relação aos antigos cemitérios mulçumanos e ortodoxos.

Assim como Desjak (2017), examinou as interações entre diferentes sistemas de crenças e pessoas e um mesmo espaço, fomos impelidos a considerar Mazagão Velho também como um local onde interagem pessoas, suas crenças, identidades, passado e presente. A comunidade está intimamente relacionada aos vestígios do passado colonial que restam ali: desde seus avós ou até onde chega a memória dos entrevistados, a antiga igreja e o passado de escravidão foram sempre mencionados, sempre foram parte do cotidiano. Desse ponto de vista, a pesquisa arqueológica não descobriu uma nova história ou passado até então desconhecidos pelos mazaganenses. Esse passado sempre existiu na memória dos moradores mais antigos, passadas por seus antepassados e, possivelmente, repassadas às gerações mais novas. O fio condutor que conecta o passado pombalino e o presente não parece ter sido completamente rompido. Pesquisas arqueológicas baseadas em estratégias de colaboração poderão, no futuro, navegar pelo conhecimento e histórias das pessoas da vila. Essa, parece a nós uma estratégia mais adequada para compreender o registro arqueológico e preparar as intervenções de campo.

Diante disso, os interesses dos mazaganenses em projetos que visam preservar a antiga igreja e os sepultamentos, por meio de técnicas especializadas, que possibilitem o desenvolvimento de estudos que recuperem informações sobre o passado colonial e a identificação dessas pessoas enterradas, pode ser uma oportunidade na elaboração de uma pesquisa arqueológica colaborativa. Além disso, a partir dos dados obtidos nas entrevistas, identificamos que a comunidade remodelou o significado das ruínas e dos sepultamentos, sendo agora identificados como um patrimônio cultural de Mazagão Velho. Para Denise Schaan (2007), no momento que um grupo reivindica a preservação e proteção de determinado bem cultural, sendo por eles considerado significativo e relevante historicamente, ele se torna um bem patrimonial.

Eles também esperam por uma pesquisa mais profunda sobre esse contexto, inclusive a partir mais escavações. No entanto, percebemos por meio dos relatos que pode

haver conflitos de interesses entre a comunidade e os pesquisadores, tendo em vista a experiência dos moradores com a comunidade científica até então.

O arqueólogo argentino Ricardo Guichón (2016) estudou como as comunidades originárias e grupos de investigadores lidam com as diferentes perspectivas e objetivos sobre os remanescentes humanos de Porto de Santa Cruz, localizada no sul da Argentina. A partir de sua experiência pessoal em contatos com povos originários e a realização de pesquisas arqueológicas em seus territórios, o pesquisador considerou as diversas camadas de interesses dos integrantes e concluiu que a construção de espaços flexíveis de diálogo seria um caminho para a redefinição das relações entre eles.

Guichón (2016) define essas relações divergentes como *conflictos sociales complexos*, caracterizados por serem espaços de caráter múltiplos, interdependentes e simultâneos. Por sua natureza e formas de interface devem ser abordados de forma criativa, considerando as diferentes visões de mundo e de tempo, pois esse é um processo de negociação extenso e pode ser até mesmo ilimitado. Podemos assim, definir que Mazagão Velho se encaixa no conceito de *complexidade*, descrito por Guichón, visto que se constitui como um espaço de interação entre as autoridades públicas, os pesquisadores e os moradores da região, de agentes que possuem diversos interesses sobre as ruínas e sobre os remanescentes humanos.

É importante mencionar que abordagens similares, do ponto de vista do cuidado com o relacionamento entre pesquisa, comunidade, patrimônio, também estão sendo realizadas no Brasil. Fabíola Silva trabalhou especialmente com arqueologia e populações originárias em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará (Silva, 2009b; Silva & Noelli, 2015; Silva *et al.*, 2011). A pesquisadora aponta que essas regiões passaram por várias dinâmicas migratórias e que a expansão e exploração dos recursos das suas terras por empreendedores geram riscos na preservação dos patrimônios arqueológicos existentes. Seu trabalho nessas áreas buscou realizar experiências por meio de relações mútuas, compartilhando conhecimentos com os membros das comunidades indígenas e envolvendo eles em todas as etapas das pesquisas. Por outro lado, os pesquisadores também aprenderam conhecendo as histórias locais e as tradições orais (Silva, 2009b). Ela caracteriza esse campo como arqueologia pública e arqueologia comunitária, uma área que busca estabelecer diálogos entre os agentes que se interessam, de acordo com as suas perspectivas, pelo patrimônio arqueológico estudado.

Considerando isso, é interessante realizar esses diálogos em Mazagão Velho em busca de harmonizar os diferentes interesses dos diferentes agentes que participam da pesquisa arqueológica. Sobre os remanescentes humanos, especificamente, podemos seguir a recomendação de Guichón (2016) sobre a criação de protocolos desenvolvidos conjuntamente pela comunidade, por pesquisadores e pelo poder público. De acordo com o pesquisador, esses acordos devem prever o desenvolvimento de trabalhos conjuntos e estratégias preventivas. As execuções desses procedimentos podem reparar as ações equivocadas sobre os sepultamentos que foram escavados. Além disso, no âmbito da arqueologia pública (Silva, 2009b), considerando o papel do arqueólogo como de um conscientizador, nas relações entre comunidades e empreendedores, serão aprofundadas as discussões sobre a relevância das pesquisas e do patrimônio cultural. Assim, ao dar voz para os mazaganenses e seus interesses, entendemos que essa população possui sua particularidade.

VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira como o passado de Mazagão Velho se reflete no presente da comunidade conta aos observadores sobre a valorização da história de seus ancestrais. As festividades religiosas são as práticas que mais simbolizam as relações que os mazaganenses possuem com seus parentes e ancestrais. Os vestígios materiais da antiga vila colonial são um dos elementos que expressam esse contexto histórico e, por isso, a preocupação e cuidado dos moradores com esses remanescentes.

A pesquisa arqueológica realizada no início dos anos 2000, promoveu novos vínculos por meio das suas descobertas dentro da ruína da igreja, mas ao mesmo tempo, a execução de todo projeto gerou conflitos, que conseqüentemente afetam o futuro dos materiais escavados.

De acordo com os pesquisadores, a instalação de cemitérios no entorno de igrejas católicas era uma prática comum no século XVIII (Albuquerque e Lucena, 2006). Nas sociedades em que viviam brancos e negros/indígenas, existiam diversas condutas que evidenciavam as divisões sociais desses grupos, e o local destinados ao sepultamento podia ser uma delas. No entanto, somente com o desenvolvimento de estudos específicos sobre os remanescentes humanos, que foram escavados no interior da igreja, é que poderemos examinar padrões nos enterramentos e testar hipóteses sobre hierarquias sociais, parentesco etc.

Existem diversos interesses por parte da comunidade sobre os vestígios escavados pelos arqueólogos. Por meio dos resultados obtidos na presente pesquisa, temos a impressão de que os dados gerados no projeto arqueológico ficaram limitados somente a comunidade científica, não havendo nenhum tipo de retorno para a região. Diante disso, como prevenção de futuros conflitos semelhantes, propomos que sejam criados espaços flexíveis entre os moradores, pesquisadores e o poder público, para promover os diálogos e o estabelecimento de protocolos que possibilitem a realização de pesquisas que não interfiram no fluxo dos mazaganenses com esse contexto.

REFERÊNCIAS

Entrevistas:

Entrevista de Antônio Pinto Videira cedida à Aline dos Santos Coutinho no dia 04 de abril de 2024.

Entrevista de Jozué da Conceição Videira cedida à Aline dos Santos Coutinho no dia 06 de abril de 2024.

Entrevista de Joaquina da Silva Jacarandá cedida à Aline dos Santos Coutinho no dia 14 de abril de 2024.

Entrevista de José Silva da Conceição cedida à Aline dos Santos Coutinho no dia 14 de abril de 2024.

Entrevista de José Jacarandá de Brito cedida à Aline dos Santos Coutinho no dia 18 de abril de 2024.

Entrevista de Edivaldo Pinto Soares cedida à Aline dos Santos Coutinho no dia 18 de abril de 2024.

Sistema Eletrônico de Informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SEI-IPHAN):

Processo nº: 0149.000072/2004-67.

Processo nº: 01424.000202/2012-85.

Processo nº: 01424.000198/2016-89.

Processo nº: 01424.000317/2017-84.

Processo nº: 01424.000195/2023-74.

Bibliografia:

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2018.
- ALBUQUERQUE, Marcos e VELEDA, Lucena. Prospecção Arqueológica em Mazagão Velho. **Relatório Final**. Pernambuco, 2006.
- ALBUQUERQUE, Marcos & VELEDA, Lucena. **Uma Vila Pombalina na Amazônia – Mazagão Velho em uma perspectiva arqueológica**. Editora CRV: Curitiba, 2020.
- ALBUQUERQUE, Marcos; VELEDA, Lucena; SOUZA, Darlene; LUCENA, Doris. **Conjuntos funerários localizados na área da igreja da antiga ‘Nova Mazagão’**. Editora Atena: Ponta Grossa, 2023.
- ARAÚJO, Renata Malcher. As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Porto, Dissertação de Mestrado, 1998.
- ARAÚJO, Renata Malcher. A Razão na Selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia. **Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, n. 15, v. 15, p. 164-165, 2003.
- BACO, H. M.; FACCIO, N. B.; LUZ, J. A. R. Das Raízes da Arqueologia à Arqueologia Processual: um esboço geral. **Tópos** (UNESP. Presidente Prudente), v. 3, p. 185-210, 2009.
- BEZERRA DE ALMEIDA, Márcia. O Público e o Patrimônio Arqueológico: Reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. **Revista Habitus**, v. 1, n. 2, p. 275-295, 2003.
- BINFORD, Lewis R. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**, v. 28, p. 217-225, 1962.
- BONI, Valdete & QUARESMA, Sílvia Jurema 2005. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v.2, n.13, p.68-80
- BOYER, Veronique. Passado português, presente negro e indizibilidade ameríndia: o caso de Mazagão Velho, Amapá. **Religião & Sociedade**, v. 28, p. 11-29, 2008.
- CARRARA, Angelo Alves. El reformismo fiscal pombalino no Brasil. **História Caribe**, v. 11, p. 83-111, 2016.
- COSTA LEITE, Lúcio Flávio. ‘Pedacos de Pote’, ‘Bonecos de Barro’ e Encantados No Laranjal Do Maracá, Mazagão- Amapá: Perspectiva Sobre Um Arqueologia Pública Na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Belém: Universidade Federal do Pará, 2014
- DESKAJ, Sylvia. 7 Living Among the Dead: Establishing and Maintaining Community in Northern Albania. **Archeological Papers of the American Anthropological Association**, v. 28, n. 1, p. 82-90, 2017.
- DIAS, Manuel Nunes. Fomento Ultramarino e Mercantilismo: a companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). **Revista de História**, São Paulo, v. 32, n. 66, p. 359-428, 1966.

FERREIRA, Eliana Ramos. Estado e administração colonial: a vila de Mazagão. In: Rosa Acevedo Marin. **A Escrita da História Paraense**. 1ªed. Belém: NAEA/UFPA, 1998, v. 1, p. 93-114.

FINK, Arlene. **Como conduzir pesquisas: um guia passo a passo**. Publicações SAGE, 2015.

GUAPINDAIA, Vera. Encountering the ancestors: the Maracá urns. In: McEWAN, Colin; BARRETO, Cristiana; NEVES, Eduardo (Eds.). *Unknown Amazon: culture and nature in ancient Brazil*. Londres: The British Museum Press, 2001.

GUICHON, Ricardo Aníbal. Construyendo preguntas en el camino: comunidades originarias y científicas. **Revista del Museo de Antropología**, v. 9, n. 2, p. 27-36, 2016.

GÜNTHER, Hartmut. Como elaborar um questionário. **Série: Planejamento de pesquisa nas ciências sociais**, v. 1, p. 1-15, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HORA, Juliana Figueira da; PORTO, Vagner Carvalheiro. Patrimônio cultural, arqueologia pública e educação patrimonial: multivocalidade e interdisciplinaridade. Veredas. **Revista Interdisciplinar de Humanidades**, v. 3, n. 6, p. 141-156, 2020.

LIMA GUEDES, Aureliano. Relatório sobre uma missão ethnographica e archeológica aos rios maracá e anauêrá-pucu (Guyana Brasileira) Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnografia, Tomo i, p. 42-54, 1986.

LYONS, Diane & Casey, Joanna. It's a material world: the critical and on-going value of ethnoarchaeology in understanding variation, change and materiality. **World Archaeology**, vol. 48, n. 5, p. 609–627, 2016.

MEGGERS, Betty & EVANS, Clifford. Archeological investigations at the mouth of the amazon. Washington: Smithsonian Institution (Bulletin 167), 664 p, 1957.

MENDONÇA DE SOUZA, S.; GUAPINDAIA, V.; RODRIGUES, C. D. A necrópole maracá e os problemas interpretativos em um cemitério sem enterramentos. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 17, n.2, p. 479-520, 2001.

MUNIZ, Tiago. Arqueologia como disciplina transversal. **Revista Tarairú**, v. 1, n. 20, 2022.

PATTERSON, T. C.; ORSER JR, C. E. Introduction: V. Gordon Childe and the foundations of social archaeology. *Foundations of Social Archaeology: Selected Writings of V. Gordon Childe*, AltaMira Press, Walnut Creek, CA, p. 1-23, 2004.

POLITIS, Gustavo G. Acerca de la etnoarqueología en América del Sur. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, p. 61-91, 2002.

RAPP PY-DANIEL, Anne. **Relatório de visita e avaliação das exumações históricas em Mazagão Velho/AP**. 2014.

RIBEIRO, Karina Nymara. A Igreja, a Casa e o Culto aos Santos: as esculturas sacras mazaganenses que atravessaram o atlântico. Dissertação de Mestrado. Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional, 2016.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marjon. Arqueologia em Perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo do nosso passado. **Revista USP**, v. 44, p. 10-31, 2000.

SCHAAN, Denise Pahl. Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico da Amazônia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 33, p. 109-135, 2007.

SILVA, Ana Cristina Rocha; CUSTODIO, E. S. O programa estadual de preservação do patrimônio arqueológico e a proteção do meio ambiente cultural no Amapá. In: LOPES, José Rogério; SILVA, Admilson Renato da; SHIERHOLT, Anelise Fabiana Paiva; MEIRELES, Mauro. Panorama das políticas culturais e ambientais no Brasil. 1ª edição, Porto Alegre: CirKula, v. 2, p. 39-63, 2016.

SILVA, A. C.; CUSTODIO, E. S.; FOSTER, E. L. Patrimônio Cultural Imaterial e Religiosidade: As Celebrações em Mazagão Velho, no Amapá. **Estudos Teológicos**, 2015.

SILVA, Clécia Maria. O despotismo ilustrado luso e suas implicações nas questões militares: um breve olhar na historiografia. In: **Anais do XIX Encontro de História**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2020.

SILVAa, F. A. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Ciências da Terra, v. 4, p. 27-37, 2009.

SILVAb, F. A. Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, p. 205, 2009.

SILVA, Fabíola Andréa; BESPÁLEZ, Eduardo; STUCHI, Francisco Forte. Arqueologia Colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará. *Amazônica*. 3 (1): 32-59, 2011.

SILVA, Fabíola Andréa e NOELLI, Francisco Silva. Mobility and territorial occupation of the Asurini do Xingu, Pará, Brazil: an archaeology of the recent past in the Amazon. *Latin American Antiquity*, v. 26, n. 4, p. 493-511, 2015.

STABILE, Rafael Amaral; PEREIRA, Daiane, NAZARÉ, Alan Silva. **Relatório Vistoria Técnica – Mazagão Velho**. 2021.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2ª edição, 2004.

VIDAL, Laurent. **Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico**. Teorema, 2008.

YUNES, Maria Virgínia. Conexão Brasil Marrocos: Relatos e Retratos de Mazagão Velho. **Afros & Amazônicos**, v. 2, n. 6, p. 73-81, 2022.

ANEXOS

Anexo I: Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

**QUESTIONÁRIO DO PROJETO DE PESQUISA “MORTOS DESCONHECIDOS”:
UMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA SOBRE A COMUNIDADE DE MAZAGÃO
VELHO, AMAPÁ.**

PERGUNTAS DE APROXIMAÇÃO:

- 1- Há quanto tempo você vive em Mazagão Velho?
-
- 2- Qual a relação da sua família com Mazagão Velho? Nasceram aqui? Parentes em outras cidades/localidades? Vieram de outra região?
-
-
- 3- Você poderia me contar um pouco sobre a história dessa vila?
-
-
-
- 4- Como você se sente vivendo em Mazagão Velho?
-
-
-
- 5- Qual sua relação pessoal com as ruínas da antiga igreja e outros prédios históricos da vila?
-
-
-

APRESENTAÇÃO DA ENTREVISTADORA:

Meu nome é Aline Coutinho, eu sou estudante do curso de História da Unifap, e vim aqui fazer uma pesquisa que tenta aproximar a História e a Arqueologia.

Ao longo da graduação eu tive uma proximidade muito forte com a Arqueologia, e por isso eu decidi pesquisar no meu TCC algo que incluísse os dois temas: História e Arqueologia

A minha experiência na área foi voltada principalmente para contextos arqueológicos funerários, materiais ósseos, que a gente chama de remanescentes humanos. Eu tive conhecimento sobre a escavação que teve na área da ruína da antiga Igreja e do cemitério que tinha naquele local, e isso despertou meu interesse em saber quais são as relações que vocês têm com eles. As minhas perguntas durante essa entrevista vão tentar observar se vocês possuem algumas preocupações com a preservação desses espaços (a ruína da Igreja e o mausoléu), quais são suas relações com as pessoas que estão agora dentro das urnas/caixas de vidro, como esses contextos estão inseridos no cotidiano da comunidade e qual tem sido o interesse da comunidade científica e das entidades governamentais sobre esses contextos arqueológicos a partir das suas perspectivas.

PERGUNTAS CENTRAIS DA PESQUISA:

Sobre as Ruínas da Igreja

1- O Local das ruínas da antiga igreja recebe muitos visitantes de fora da comunidade?

2- Qual sua visão sobre as visitas turísticas à comunidade?

3- Você já esteve no local onde fica a ruína da antiga Igreja? Com qual frequência você o visita?

4- Lembra quando foi a primeira vez que esteve no local? Quantos anos tinha? O que costuma fazer lá?

5- Quando você foi até o local, já sabia que ali tinha a ruína de uma Igreja ou para você era outro tipo de contexto?

6- Como foi que você teve conhecimento de que aquele lugar era uma ruína?

7- Quais são os relatos das pessoas ou histórias que você considera mais interessantes ou importantes sobre o local das ruínas?

8- Para você, aquele espaço da Igreja representa alguma coisa? Como você se sente sobre a antiga igreja e suas ruínas?

9- Quais lugares da comunidade são importantes para você e/ou sua família?

10- Explique por que esse(s) lugar(es) são significativos:

Sobre os Remanescentes Humanos do mausoléu de São Benedito

11- Você já tinha conhecimento da existência dos sepultamentos na área da ruína da Igreja?

12- Você acha que esses corpos/esqueletos representam algo para a comunidade de Mazagão Velho?

13- Sabemos que atualmente os corpos estão no mausoléu e dentro de urnas/caixas de vidro. Qual sua opinião sobre os cuidados que foram reservados aos corpos/esqueletos que estão no mausoléu São Benedito?

14- Você considera importante que sejam desenvolvidos trabalhos/estudos que possibilitem a preservação deles? Por quê?

15- Possui alguma recomendação sobre o cuidado com esses corpos/esqueletos?

16- Possui alguma curiosidade sobre esses corpos que estavam sepultados? O que você gostaria de saber ou aprender sobre essas pessoas?

Sobre a Comunidade Científica e sua atuação na comunidade

17- Você teve conhecimento do trabalho realizado pela equipe de arqueólogos da Universidade Federal de Pernambuco no ano de 2006?

18- Você acha que a escavação arqueológica trouxe benefícios à comunidade? Quais?

19- Foram realizadas outras pesquisas sobre a ruína e/ou sobre os esqueletos que estão no mausoléu?

20- Qual sua opinião sobre essas pesquisas que têm sido realizadas na vila?

21- A escavação arqueológica e a descoberta dos corpos sobre a antiga igreja mudou sua visão ou da sua família sobre a história de Mazagão Velho e daquele lugar?

22- Qual sua opinião sobre o papel da arqueologia nas pesquisas sobre essa comunidade?

Sobre a Atuação do Poder Público

23- Você sabia que essa pesquisa arqueológica no ano de 2006 foi desenvolvida a partir de um projeto governamental, que visava explorar regiões com potencial turístico de diversas regiões do Estado do Amapá?

24- Na época das escavações arqueológicas a comunidade foi consultada e/ou notificada pelo governo?

25- Você considera que os interesses da comunidade foram atendidos durante o projeto de pesquisa?

26- De que maneira se deu a participação da comunidade de Mazagão Velho no projeto de arqueologia realizado no início dos anos 2000?

27- Qual sua opinião sobre o interesse do governo em realizar projetos como esses na região?

28- Considera que esse projeto conseguiu cumprir seu objetivo, ou seja, desenvolver o turismo voltado para o contexto arqueológico de Mazagão Velho (ruína da antiga Igreja)?

29- Qual sua opinião sobre as preocupações atuais das entidades pública/governamentais com o contexto arqueológico (ruína da antiga Igreja e corpos presentes no mausoléu)?

30- Quais ações a comunidade vem tentando articular com essas entidades ações para manter preservado o contexto da ruína da antiga Igreja e os corpos presentes no mausoléu?

31- O que a prefeitura de Mazagão ou o governo do estado têm feito em relação a preservação da Igreja e dos corpos?

IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS:

Nome: _____

Idade: _____

Raça ou Cor: Preta () Parda () Indígena () Branca () Amarela ()

Gênero: () Masculino () Feminino

Ocupação: () Nenhuma () Estudante () Autônomo: _____

() Empregado: _____

Se considera Quilombola? () Sim () Não

[Se "sim"] A qual comunidade quilombola pertence: _____

Você possui alguma religião? Qual? _____

Anexo II: Termo de Cessão de Direito de Uso de Imagem e Depoimento Oral.

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL E USO DE IMAGEM

Eu, _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente à _____, na cidade de _____, AUTORIZO o uso do meu depoimento oral prestado no dia (ou entre os dias) _____ e uso de minha imagem de acordo com os seguintes termos:

- 1- O uso do depoimento oral e das imagens devem respeitar os usos e tradições de comunidades tradicionais e abster-se de proceder a exigências constrangedoras excessivas ou abusivas para com populações tradicionais;
- 2- O uso do depoimento oral e das imagens não devem veicular qualquer informação ou adotar procedimento que atente contra a autonomia, a honra e a dignidade individual ou coletiva das populações tradicionais que promova visões preconceituosas ou estereotipadas sobre esses povos ou que estimule ódio, a intolerância ou o etnocentrismo;
- 3- Os registros fotográficos e audiovisuais deverão ser usados apenas para fins exclusivos de divulgação do projeto de pesquisa intitulado “Mortos Desconhecidos: Uma perspectiva arqueológica sobre a comunidade de Mazagão Velho, Amapá”.

(descrever as imagens)

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens acima mencionadas em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) artigos acadêmicos publicados em periódicos científicos e revistas especializadas; (II) apresentações e divulgação em geral sem fins comerciais.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

LOCAL E DATA

Assinatura do entrevistado